

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ- PA E SUA
RELAÇÃO COM AS OCUPAÇÕES URBANAS E
ASSENTAMENTOS INFORMAIS: ESTUDO DE CASO DO
BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA**

MAGNO RICARDO SILVA DE CARVALHO

MARABÁ- PA

2016

Magno Ricardo Silva de Carvalho

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ- PA E SUA RELAÇÃO
COM AS OCUPAÇÕES URBANAS E ASSENTAMENTOS INFORMAIS:
estudo de caso do Bairro Nossa Senhora Aparecida**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para a obtenção dos títulos de licenciado e bacharel em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza.

Marabá/ PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Carvalho, Magno Ricardo Silva de

A produção do espaço urbano em Marabá-PA e sua relação com as ocupações urbanas e assentamentos informais: estudo de caso do bairro Nossa Senhora Aparecida / Magno Ricardo Silva de Carvalho ; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura em Geografia, Marabá, 2016.

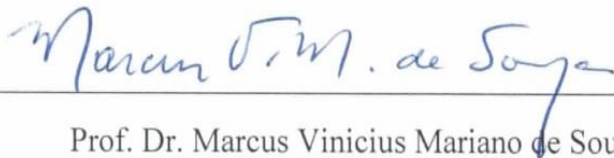
1. Comunidade urbana - Desenvolvimento – Marabá (PA). 2. Geografia humana. 3. Espaços públicos. 4. Assentamentos humanos. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 307.76098115

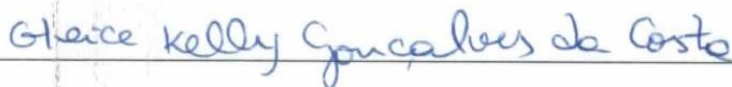
MAGNO RICARDO SILVA DE CARVALHO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ – PA E SUA
RELAÇÃO COM AS OCUPAÇÕES URBANAS E
ASSENTAMENTOS INFORMAIS: estudo de caso do bairro Nossa
Senhora Aparecida**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza (Orientador)



Profa. Ma. Gleice Kelly Gonçalves da Costa – Faculdade de Geografia – Unifesspa



Me. Anilson Russi – Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia –
PDTSA/Unifesspa

Resultado: APROVADO

Nota: EXCELENTE

À memória de Deuzina Souza Lima

AGRADECIMENTOS

À minha família: meus pais Ailton e Serrate, por terem me transmitido princípios e valores importantíssimos para a vida e por todo o amor e dedicação. Meus irmãos Rodrigo, Adria e Ana Marta, e minha avó, Deuzina (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho. Amo vocês incondicionalmente, e sou grato pelas orações e torcida.

Aos amigos que fiz nesses anos de graduação, em especial a *Eups*, pela parceria durante o curso e pela amizade construída. Desejo sucesso a cada um de vocês.

Ao meu amigo Deyvid, que mesmo estando atarefado com sua monografia, confeccionou os mapas que pedi. Valeu!

À Mírian, minha grande amiga e incentivadora, pelo livro que me presenteou e que foi de muita valia nos momentos de elaboração deste;

Ao Arquivo Histórico de Marabá, na pessoa da Sra. Maria Augusta, pela disponibilidade em ajudar, procurando arquivos e inclusive me avisando quando os encontrou.

À Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Marabá, por me permitir acessar seus arquivos.

À Jeania, fundadora e ex-presidente da FECOM (Federação das Entidades Comunitárias de Marabá), que com sua experiência como líder comunitária e como militante em prol dos bairros próximos a EFC, contribuiu muito para a elaboração deste trabalho.

Ao Sr. Antônio, pioneiro no Bairro Nossa Senhora Aparecida, pela simpatia com que me recebeu e pelo depoimento importantíssimo para a compreensão histórica do bairro.

À minha futura colega de profissão / formação Izabel, pelo rico depoimento a respeito do bairro. Muito obrigado!

Ao meu orientador, Professor Marcus Vinicius Mariano de Souza, por ter compartilhado comigo um pouco do seu vasto conhecimento na área. Sua orientação durante a elaboração deste trabalho irá para além, com toda certeza levarei para a vida, enquanto pesquisador, enquanto professor, enquanto geógrafo. Meu muito obrigado!

Por último, mas não menos importante, muito pelo contrário, à minha amiga, parceira, companheira e namorada; Larissa da Silva Sousa. Seria impossível, nessas poucas linhas, descrever o amor e admiração que sinto por você, então, vou tentar me conter em apenas agradecer por sua inestimável colaboração para com este trabalho.

Agradeço pela correção ortográfica e gramatical, e por todas as dicas, conselhos e opiniões emitidas relativas ao texto. Pela espetacular colaboração durante as pesquisas de campo, sua ajuda foi valiosíssima. Por sempre me motivar e sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu acreditava. Por fazer parte da minha vida. Amo você.

*E a cidade se apresenta centro das ambições,
Para mendigos ou ricos, e outras armações.
Coletivos, automóveis, motos e metrô,
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.*

[...]

*A cidade se encontra prostituída,
Por aqueles que a usaram em busca de
saída.*

*Ilusora de pessoas e outros lugares,
A cidade e sua fama vai além dos mares.
No meio da esperteza internacional,
A cidade até que não está tão mal.
E a situação sempre mais ou menos,
Sempre uns com mais e outros com menos.*

(Chico Science)

RESUMO

Este trabalho possui por objetivo compreender a importância das ocupações urbanas e assentamentos informais, no processo de produção do espaço urbano, no município de Marabá- PA, historicamente, e principalmente, nos processos recentes de crescimento da mancha urbana a partir da lógica da necessidade, utilizando como recorte espacial o bairro Nossa Senhora Aparecida. Para isso, primeiramente nos atemos a uma reflexão acerca da produção do espaço urbano, recorrendo a autores que discutem desde os agentes produtores do espaço urbano, suas lógicas de produção, às ocupações urbanas e suas principais características. Também, se fez necessário fazer um resgate histórico da produção do espaço urbano marabaense, explicitando o crescimento da mancha urbana do município desde a ocupação do pontal, entre os rios Itacaiúnas e Tocantins, até os processos recentes de produção do espaço, atrelados a fatores, sobretudo, econômicos, assim como nos demais períodos, com o crescimento urbano associado sempre aos característicos ciclos da economia local. Tais processos, recentes, de produção do espaço urbano em Marabá estiveram atrelados às diferentes lógicas de produção espacial, inclusive, a lógica da necessidade, apresentando-se como fatores relevantes no surgimento, e posteriormente, expansão do bairro Nossa Senhora Aparecida, um dos mais notáveis expoentes dessa lógica de produção do espaço em Marabá, sobre o qual este trabalho apresenta uma investigação a respeito da realidade socioespacial e de como a cidade atende os moradores do mesmo, no que se refere a serviços básicos e equipamentos urbanos, por meio da aplicação de formulários e entrevistas com moradores e com uma líder comunitária, onde podemos compreender como a cidade se relaciona com este e como é negada aos moradores destas áreas.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Marabá; assentamentos informais; Bairro Nossa Senhora Aparecida.

ABSTRACT

This study aims to understand the importance of urban occupations in the urban space production process in the city of Marabá-PA, historically and also in the recent processes of growth of the urban area starting from the logic of necessity, using as a space limit the neighborhood Nossa Senhora Aparecida. For this, first we turn to a reflection on the production of urban space, resort to authors to discuss from producers agents of urban space, its production logic, to the urban characteristics. It was necessary to make a recovery of production history of Marabá urban space, explaining the growth of the urban area of the municipality since the occupation of rivers Itacaiúnas and Tocantins, to the recent processes of production of space, linked to economic factors, as well as in other periods, with urban growth always associated with characteristic cycles of the local economy. Such processes, recent, of production of urban space in Marabá were linked production at diferents spatial logics, including, logic of necessity functioning as important factors in the emergence and expansion of the neighborhood Nossa Senhora Aparecida, about which this study presents in investigation on the socio-spatial reality and how the city neets the residents of the neighborhood, as it relates to basic services and urban equipment, through questionnaires and interviews with residents and community leadership, we can thus understand how the city relates to these residents and how is denied.

Key-Words: Production of urban space; Marabá; illegal neighborhoods; Neighborhood Nossa Senhora Aparecida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Expansão urbana até 1920 e 1928	40
Figura 02: Mancha urbana de Marabá após 1960.....	41
Figura 03: Planta do projeto da SUDAM para a nova Marabá	44
Figura 04: Expansão urbana até 2004	50
Figura 05: Assentamentos informais em Marabá em 2006	53
Figura 06: Jornal local noticiando a “invasão”	59
Figura 07: Nossa Senhora Aparecida: Avenida que dá acesso ao Bairro Araguaia.....	62
Figura 08: Núcleo de Educação Infantil Prof ^o José de Souza Andrade Filho.....	64
Figura 09: Avenida Principal	65
Figura 10: Esgoto a céu aberto em rua pavimentada com cano despejando dejetos.....	67
Figura 11: Esgoto a céu aberto.....	69
Figura 12: Acumulação de lixo numa área não atendida pela coleta.....	71
Figura 13: Alunos na escola “curral”	81
Figura 14: Escola Prof. José F.A. Lima, antiga Maria L. C. Bichara, a “escola curral” (2016).....	82
Figura 15: Quadro de fotos/mosaico na escola Prof. José. F. A. Lima (2016).....	83
Figura 16: Casa de Madeira no Bairro Nossa Senhora Aparecida (2016).....	89
Figura 17: Casa dois andares no Bairro Nossa Senhora Aparecida (2016).....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Principais carências do Bairro Nossa Senhora Aparecida (2016).....	66
Gráfico 02: Destino dos dejetos (2016).....	68
Gráfico 03: Domicílios atendidos por coleta de lixo (2016).....	70
Gráfico 04: Destino do lixo não-coletado (2016).....	70
Gráfico 05: Frequência da coleta de lixo (2016).....	72
Gráfico 06: Fontes de água (2016).....	73
Gráfico 07: Motivo pelo qual foi morar no bairro (2016).....	75
Gráfico 08: Estado em que residia anteriormente (2016).....	76
Gráfico 09: Estado em que nasceu o morador (2016).....	76
Gráfico 10: Tempo de residência no bairro (2016).....	77
Gráfico 11: Renda familiar em salários mínimos (2016).....	78
Gráfico 12: Escolaridade (2016).....	79
Gráfico 13: Localização das escolas (2016).....	84
Gráfico 14: Deslocamento à escola (2016).....	85
Gráfico 15: Local de uso dos serviços de saúde (2016).....	87
Gráfico 16: Deslocamento até o serviço de saúde (2016).....	87
Gráfico 17: Estrutura da casa (2016).....	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Marabá e perímetro urbano (2015).....	17
Mapa 2 - Expansão urbana a partir de 1970.....	46
Mapa 3 - Perímetro urbano de Marabá e localização do Bairro Nossa Senhora Aparecida.....	56
Mapa 4 - Localização das escolas utilizadas pelos moradores do bairro.....	85
Mapa 5 - Localização dos serviços de saúde utilizados pelos moradores.....	86

TABELA

Tabela 01: Expansão da mancha urbana de Marabá em m ² e Km ²	51
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFSTMR – Associação dos Flagelados e Sem-Teto de Marabá e Região

ALPA – Aços Laminados do Pará

BASA – Banco da Amazônia

COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará

COSIPAR – Companhia Siderúrgica do Pará

CPT- Comissão Pastoral da Terra

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EMEF – Escola Municipal de Marabá

FECOM – Federação das Entidades Comunitárias de Marabá

HMM – Hospital Municipal de Marabá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

Kg – Quilogramas

Km² - Quilometro Quadrado

M² - Metro Quadrado

NEI – Núcleo de Educação Infantil

PDP – Plano Diretor Participativo

PDUM – Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá

PGC – Programa Grande Carajás

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMM – Prefeitura Municipal de Marabá

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

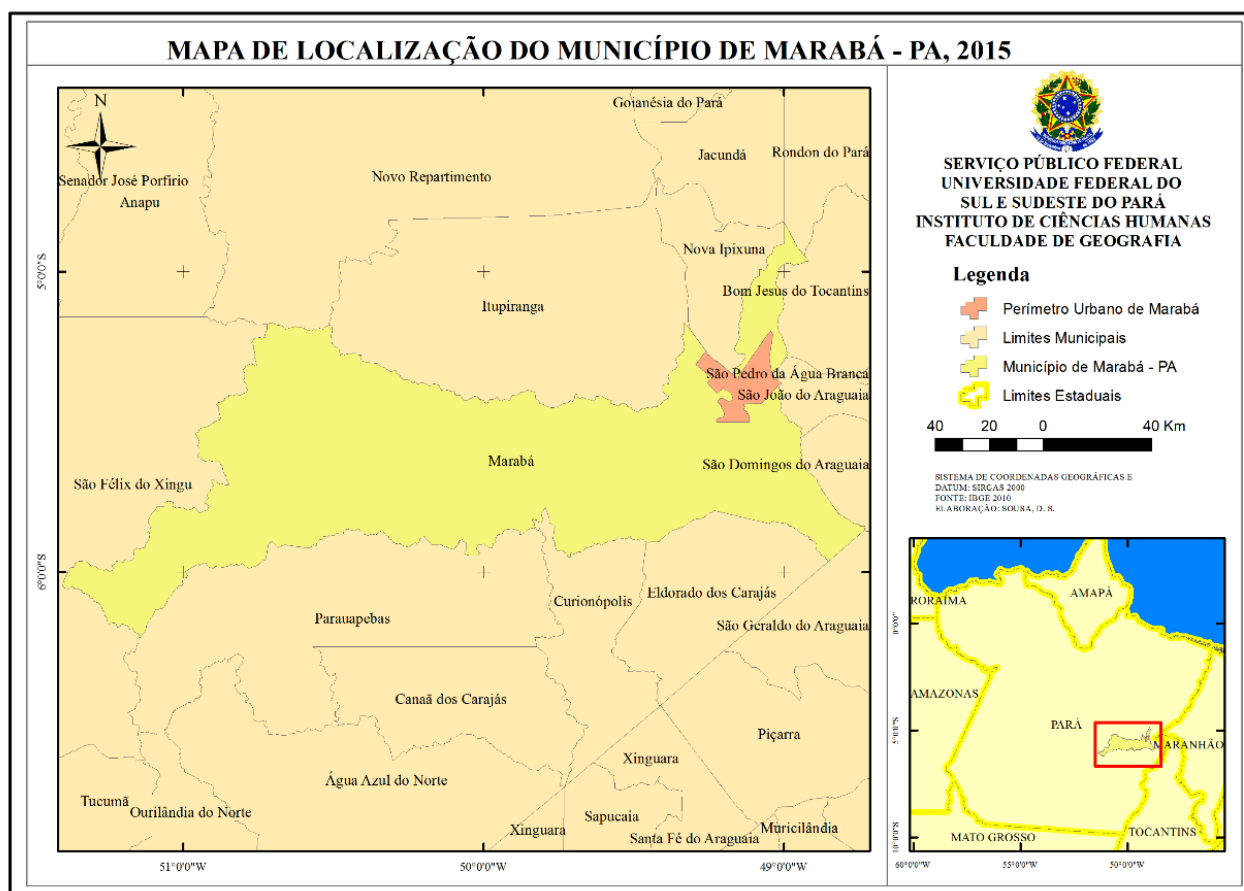
SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo 1 - Reflexões acerca da produção do espaço urbano	21
1.1 - Agentes Produtores do Espaço Urbano.....	24
1.2 - As diferentes lógicas de produção do espaço urbano.....	28
1.3 - Principais características dos assentamentos informais urbanos.....	30
1.3.1 - Regularização fundiária urbana.....	32
Capítulo 2 - A produção do espaço urbano em Marabá	37
2.1 - O extrativismo vegetal enquanto fator determinante no surgimento e crescimento da mancha urbana de Marabá.....	38
2.2 - Os grandes projetos na Amazônia e a produção do espaço urbano em Marabá sob diferentes lógicas	41
2.3 - Marabá e a indústria: atração populacional e mercantilização da cidade.....	47
Capítulo 3: O bairro Nossa Senhora Aparecida como representação dos assentamentos informais em Marabá	55
3.1. – De Fazenda Bandeira à Nossa Senhora Aparecida: apresentação e contexto histórico do bairro Coca-Cola.....	56
3.2 – O bairro Nossa Senhora Aparecida e sua relação com a cidade.....	61
Considerações Finais	91
Referências	94
Apêndice	97

INTRODUÇÃO

O processo histórico de colonização da Amazônia difere do restante do Brasil, permanecendo por muito mais tempo vinculada à metrópole e outros agentes internacionais, apresentando até a primeira metade do século XX baixos índices demográficos e poucos espaços urbanos. A colonização capitalista nesse espaço, logo percebeu tratar de um espaço valioso economicamente, explorando-a, a partir do extrativismo, retirando diversos produtos naturais. A exploração de alguns desses produtos cresceu de forma vertiginosa, por conta dos mercados consumidores nacionais e principalmente internacionais, e foi o que ocorreu com a borracha. A extração da matéria prima da borracha foi fator determinante no surgimento e expansão de espaços urbanos na Amazônia, e no sudeste do Pará não foi diferente, onde a extração do caucho favoreceu rápido crescimento e notoriedade a um espaço urbano estrategicamente surgido entre os rios Itacaiúnas e Tocantins, culminando na criação do Município de Marabá (MAPA 1), sobre o qual falaremos neste trabalho.

Mapa 1 –Localização de Marabá e perímetro urbano (2015)



A produção do espaço urbano nesse município, seguiu atrelada ao extrativismo vegetal até os anos 1960, quando além deste, as principais atividades passaram a ser relacionadas à pecuária e à extração mineral. Nessa mesma década, o Estado brasileiro, passou a atuar de forma muito mais intensa na região, com o intuito de integrá-la economicamente aos fluxos capitalistas nacionais e internacionais, principalmente através da construção de rodovias e viabilizando o extrativismo mineral, por meio de obras e equipamentos em Marabá e região. Todos esses processos tiveram importância na produção do espaço urbano da cidade, transformando-a em estratégico centro regional e atraindo intensos fluxos migratórios.

Milhares de trabalhadores e suas respectivas famílias chegaram a Marabá a partir do momento supracitado, e, principalmente, a partir dos anos 1980. Que fossem sob o atrativo do ouro em Serra Pelada, que fossem em busca de emprego nas obras dos grandes projetos, todos necessitavam de habitação, e não sendo, em sua maioria, atendidos nem pelo Estado e nem detendo poder aquisitivo para adquirir imóveis da iniciativa privada, produziam seu próprio espaço de moradia, ocupando áreas até então rurais ou vazios urbanos, conseqüentemente, alterando a mancha urbana do município.

Este trabalho traz uma análise do crescimento da referida mancha urbana e sua relação com ocupações e assentamentos informais, apresentando o contexto histórico e os processos econômicos recentes que impulsionaram a produção desse espaço como um todo, e no surgimento e ampliação de bairros provenientes de ocupações, que por sua vez colaboraram para a produção do espaço urbano, em uma relação de influência mútua.

Dessa feita, este trabalho tem por objetivo compreender a importância das ocupações urbanas no processo recente de produção do espaço urbano em Marabá, a partir da análise sobre o bairro Nossa Senhora Aparecida. Além disso, para alcançar o objetivo geral proposto, apresentamos como objetivos específicos deste trabalho a necessidade de realizar uma discussão teórica sobre a produção do espaço urbano e a participação dos assentamentos informais (ocupações) e grupos sociais excluídos neste processo; analisar o contexto histórico da produção do espaço urbano marabaense, com destaque para as dinâmicas mais recentes (sobretudo século XXI); demonstrar o cenário atual do bairro Nossa Senhora Aparecida e avaliar as estratégias de sua população para garantir o acesso à cidade.

A problemática deste trabalho é proveniente da inquietação causada diante do significativo número de assentamentos informais e ocupações em Marabá, e nos leva aos questionamentos em busca de compreender tais fenômenos sociais. Quais os fatores determinantes para o surgimento e crescimento desses bairros na cidade de Marabá? Se o núcleo Nova Marabá, foi, *a priori*, planejado, por quê é palco de tantos assentamentos informais? Que dinâmicas socioespaciais estiveram atreladas à produção do espaço urbano nessa cidade? Como tais dinâmicas influenciam na produção de espaços semelhantes ao bairro Nossa Senhora Aparecida? O direito à cidade, é garantido ao morador dessas áreas?

Para a realização deste trabalho, foi necessário, primeiramente, um levantamento bibliográfico acerca da produção do espaço urbano, onde discutimos desde o conceito de produção, que envolve a produção espacial, dando notoriedade ao urbano, até a regularização fundiária urbana, necessária às comunidades residentes nas áreas de interesse dessa pesquisa.

Também houve a necessidade de se fazer uma revisão bibliográfica a cerca da produção do espaço urbano em Marabá, especificamente, utilizando do trabalho de autores que versam sobre o assunto ao longo da história da cidade, explicitando o crescimento da mancha urbana e demonstrando a relação desta com os processos econômicos e políticos que a influenciou.

Para a compreensão da realidade do bairro escolhido para o estudo de caso, foram realizados trabalhos de campo *in loco*, onde foi feito um levantamento de dados primários, através principalmente de formulários, onde foi utilizada amostragem aleatória simples, tendo como universo o número de domicílios do bairro, que de acordo com o IBGE (2010) é de 786, com cálculo amostral, e amostra de 95% de confiança e margem de erro de 5%. Também foram realizadas entrevistas com moradores e uma líder comunitária.

No primeiro capítulo, é possível compreender o que é a produção do espaço urbano, como ela ocorre, suas diferentes lógicas e os principais atores sociais que a produzem, explicitando a relação da atual produção do urbano brasileiro, mais especificamente em Marabá, pautada principalmente na mercantilização da cidade, com o histórico da urbanização brasileira e da produção do *habitat* urbano, e de como o contexto geopolítico brasileiro, sobretudo no século XX, exerceu influência nesse

processo de sobreposição do valor de troca da terra urbana, ao valor de uso, ou seja, na transformação da terra urbana em uma mera mercadoria em detrimento da real necessidade humana de habitar.

O capítulo também apresenta os principais agentes produtores do espaço urbano e como agem na produção do *habitat*, se a favor da mercantilização da cidade, ou se subvertendo-a, como é o caso dos grupos sociais excluídos, agente produtor espacial alvo das nossas inquietações, sobre o qual se permitiu certa notoriedade, explicando como agem, como se reproduzem e quais as principais características dos espaços urbanos produzidos por esse ator.

O segundo capítulo deste, lhes apresenta a produção do espaço urbano do município de Marabá, mais especificamente o crescimento da mancha urbana, acompanhando ao longo da história da cidade, desde os primeiros moradores aos processos recentes que a impactaram, os fatores que colaboraram para esse crescimento, de tal forma que é possível compreender esse espaço na atualidade e a existência neste, das ocupações urbanas.

O terceiro capítulo nos apresenta o estudo de caso do bairro Nossa Senhora Aparecida, onde é mostrado como o bairro se relaciona com a cidade, ou mais especificamente, como os moradores se relacionam com a cidade, no que tange ao acesso a equipamentos públicos e serviços, com o intuito de demonstrar como os bairros provenientes de ocupações, mesmo após anos de sua existência, permanecem à margem da atuação do poder público e do o acesso à cidade de forma geral.

CAPÍTULO 1: REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Por muito tempo, a ciência geográfica se ateve a estudar o espaço apenas como localização do homem e de suas atividades em determinada área, o que a limitava à materialidade e aos aspectos físicos do planeta. Como afirma Carlos (2011), a noção de espaço na geografia está superando sua condição de materialidade pura, no sentido de pensar o espaço como produção social, e é essa a perspectiva que nos norteia e que será empregada aqui, exatamente essa do estudo das relações constituintes do espaço geográfico e os processos inerentes a ele de apropriação, produção e reprodução social, que se dão no espaço, e através dele, entendendo-o como meio, condição e produto da reprodução social. Trata-se de uma “orientação teórico metodológica, a partir da qual é possível construir uma ‘análise da realidade’, prolongando o pensamento dos autores (Marx e Lefebvre), como movimento de superação a partir da Geografia” (CARLOS, 2011, p.54).

O intuito desta pesquisa é abordar a questão da produção do espaço urbano, portanto, devemos, primeiramente, ter uma compreensão do que, realmente, é essa produção e de como concebemos este espaço. Para isso, dialogaremos com autores de base lefebvriana discutindo os conceitos de produção e espaço nos moldes dos pensamentos de Lefebvre, para alcançarmos o entendimento sobre a produção do espaço e então chegarmos a produção do espaço urbano propriamente dito.

O conceito de produção para Lefebvre possui um duplo caráter; um aponta para o processo de produção do homem, outro para a produção de objetos, ou seja, um *lato sensu*, outro *stricto sensu*, o primeiro trata da produção das humanidades, e tudo o que é inerente ao ser humano enquanto obras, ou seja, as artes, a ciência, a filosofia, a religião. A produção no seu sentido mais estrito, trata da produção das coisas, dos objetos (CARLOS, 2011; GODOY, 2008). Aplicando essa compreensão do conceito de produção à espacialidade na Geografia, podemos entender que o espaço, urbano inclusive, é proveniente tanto do sentido mais estrito de produção, quanto do mais amplo, já que sua reprodução ocorre através da produção de mercadorias e bens básicos, necessários à existência do homem, mas, que também é produzido pela humanidade através das suas atividades, convicções, ideologias, e outras necessidades surgidas a partir dos modos de vida.

A cidade, segundo Lefebvre (2001) retrata com clareza a dupla dimensão do conceito de 'produção'. Em primeiro lugar, diz o autor, a cidade 'é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres'. Em segundo lugar, concentra funções ligadas à distribuição e ao consumo dos bens produzidos e ainda agrega mediações de convergências entre o movimento da totalidade e suas partes (GODOY, 2008, p. 129).

Sposito (2004) vem reforçar essa ideia quando afirma que a unidade dessa duplicidade é proveniente do fato de que a cidade é manifestação da produção no sentido amplo, enquanto obra que se materializa para comportar a produção no seu sentido restrito, como localização para a produção de bens e serviços.

Esta relação indissociável de um sentido da produção em relação ao outro, expressos na cidade como condição da relação e, ao mesmo tempo, sua tradução, permite destacar a reflexão da cidade como materialização concreta do processo de urbanização, e, por conseguinte, da própria história... (SPOSITO, 2004, p. 50)

Quando Sposito (2004) fala da cidade enquanto materialização do processo de urbanização e da própria história, significa dizer que cada momento histórico da cidade contribui de certa forma para a concretização do urbano no momento atual, de acordo com os processos contemporâneos de produção do espaço, que corroboram para a reprodução do mesmo, neste e em outros tempos. Dessa forma, produção e reprodução do espaço se comportam numa relação dialética, portanto, o urbano é produto histórico, ao mesmo tempo, que é realidade presente, proveniente da produção e reprodução dos seres humanos, isso porque a produção espacial urbana é realizada no cotidiano das pessoas e emerge como forma de ocupação de determinado espaço em um tempo específico.

Para compreendermos melhor a produção do espaço urbano, retomaremos à afirmação de Carlos (2011) de que o espaço é, além de produto, meio e condição da reprodução social, entendido aqui como o próprio urbano, ou, como a própria reprodução deste. A cidade, enquanto representação do espaço e produto do trabalho social, se efetiva como condição geral da produção, pois é o *locus* da própria produção e da circulação desta (e tudo mais que está imbricado nesse processo como os mercados que giram em torno da produção e as atividades que dão apoio a ela). Também é (sob o prisma do morador, principalmente) meio para esta reprodução, pois, é onde concentra a habitação e todos os fatores e implicações referentes ao habitar na sociedade atual (equipamentos urbanos, lazer, cultura, entre outros), ou seja, o consumo (CARLOS, 2008).

Para Sposito (2004) o processo intenso de urbanização no século XX, no Brasil, modificou a sociedade brasileira que passou a produzir novas formas de *habitat* urbano, o que implicou em novos modos de vida e consumo. Ao mesmo tempo em que ocorria esse processo, os interesses econômicos e políticos, ao definirem os eixos condutores dessa nova produção espacial urbana, influenciaram o movimento da sociedade em processo de urbanização, inserindo-a de maneira mais abrangente no mercado de consumo capitalista, modificando suas práticas socioespaciais.

Segundo Carlos (2011) o espaço após inserido no modo de produção capitalista, é transformado em mercadoria, sendo imposto sobre ele o valor de troca ao invés do valor de uso, inserindo-o na lógica da acumulação, colocando sob o domínio do capitalismo o uso do espaço que, como já dito, é condição e meio da realização da vida e da sua própria reprodução, e essa produção do espaço, agora como propriedade privada, vem a ser o fator principal dos conflitos por terra, inclusive no espaço urbano.

Este, por sua vez, reproduz-se através dessa perspectiva capitalista, recriando constantemente as condições para a reprodução do capital, já que a cidade congrega os meios de produção e as pessoas, e é onde ocorre a divisão econômica, social e espacial do trabalho (CARLOS, 2008). Sob essa lógica do valor de troca do espaço sobreposto ao valor de uso, as cidades brasileiras se transformaram, como afirma Sposito (2004), em verdadeiros espaços de consumo para a produção capitalista de bens e serviços, fazendo também com que a própria cidade passe a ser mercadoria, portanto, passível de ser consumida mediante as imposições da lógica capitalista, sendo criados vários meios para a valorização desta mercadoria.

Souza (2015) discute a produção desse espaço da cidade enquanto mercadoria, e afirma que para compreendermos esse processo é necessário além de entender a transformação da terra urbana em mercadoria, ter a compreensão da relação desse fenômeno com o momento político-econômico em diferentes escalas, pois, tais momentos não apenas influenciam como estabelecem o preço da terra no espaço urbano, a quantidade e a forma como esses imóveis serão comercializados, entre outros fatores.

Historicamente, o período da revolução industrial é tido por alguns autores como o momento decisivo da materialização da terra enquanto mercadoria. No Brasil, de acordo com Rodrigues (1988) a mercantilização da terra é oficializada com a Lei de Terras de 1850, que visava coibir o acesso do trabalhador pobre à terra, obrigando-o a

trabalhar em terras alheias. A lei que visava beneficiar principalmente os grandes produtores do Brasil rural foi também aplicada aos centros urbanos e com a industrialização no século XX, as cidades brasileiras, como já citado anteriormente, passaram cada vez mais a representar espaços de consumo visando a produção de bens e serviços aos moldes capitalistas, com isso tornando seu próprio espaço mercadoria, iniciando o que se pode chamar de mercado urbano de terras (SOUZA, 2015), que com a atuação das frentes capitalistas e com o constante apoio do Estado brasileiro, chegou ao mercado imobiliário que temos atualmente, onde fragmentos da terra urbana

[...] são comprados e vendidos como terrenos e edificações que contem valor e preço diferenciados segundo qualidades bastante objetivas, algumas intrínsecas a esses pedaços e outras intrínsecas a eles, e valores subjetivos de toda ordem, produzidos pelo imaginário social, cuja formulação é cada vez mais orientada pelo marketing associado à produção imobiliária (SPOSITO, 2004, p. 53)

A produção imobiliária de que fala Sposito (2004) é apenas uma das ações delineadas pelos vários agentes produtores do espaço urbano, que regidos pelo sistema capitalista e reproduzidos sob sua lógica de acumulação, supervalorizam a cidade enquanto mercadoria em detrimento do seu valor de uso, ou melhor, em detrimento das pessoas e de suas necessidades de reprodução.

1.1 - Agentes Produtores do Espaço Urbano

“O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1989, p.11). Com essa afirmação de Corrêa (1989) iniciamos um diálogo sobre os agentes produtores do espaço urbano, que segundo o autor supracitado são munidos de interesses, estratégias e práticas espaciais que lhes são características, são vetores de contradições e ao mesmo tempo em que produzem espaço, produzem conflitos.

São esses atores os responsáveis pela materialidade dos processos sociais que viabilizam ou impõem as construções de espaços que modificam, expandem e até criam os centros urbanos. Corrêa (1989) também elenca os principais agentes sociais responsáveis pela morfologia das cidades e também das redes urbanas em uma formação socioespacial capitalista, como a que estamos inseridos. São eles: Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e

os grupos sociais excluídos. Alguns autores adicionam a essa lista outros agentes, como é o caso de Santos (2012) que além dos já citados inclui os organismos supraestatais e financeiros e os consumidores sob o argumento de que tais organismos são articuladores que influenciam no espaço urbano de acordo com interesses corporativos e os consumidores são os que possibilitam a concretização dos interesses dos proprietários dos meios de produção e dos promotores imobiliários.

No entanto, como o próprio Santos (2012) afirma, a ação desses agentes é abstrata, pois, não agem diretamente na produção do espaço e dependem dos demais agentes já citados para produzirem espaço urbano de forma significativa. Sendo assim, trabalharemos com os cinco agentes produtores do espaço urbano supramencionados, elencados por Corrêa (1989). Vale destacar que o objeto de estudo da pesquisa são as ocupações urbanas, cujo principal agente responsável pelo seu surgimento são os grupos sociais excluídos, por isso justifica-se o destaque que será dado à atuação destes na produção do espaço urbano de Marabá. Entretanto, a atuação deste grupo social não ocorre de forma isolada e deslocada no espaço urbano, por isso é importante discorrer, mesmo que de forma concisa, a respeito das estratégias dos outros agentes produtores do espaço urbano.

Os proprietários dos meios de produção são de extrema importância para a produção do espaço urbano e suas formas urbanas resultantes, pois, suas ações podem ser determinantes para ações futuras de outros agentes, como por exemplo, as escolhas locacionais visando obter benefícios (o que pode gerar conflitos com os proprietários fundiários, donos das terras de seu interesse) que posteriormente influenciam trazendo para seu entorno outros serviços, infraestruturas e habitações para sua mão de obra. Esse agente, geralmente trabalha de alguma forma e dependendo do caso com mais ou menos proximidade, com outro: o Estado. Isso se dá por conta da relevância de suas atividades e da quantidade de capital financeiro que movimentam. Essa parceria, segundo Santos (2012), excede a produção do urbano e chega a ser parte da base da construção geográfica das sociedades.

Os proprietários fundiários são os principais responsáveis pela conversão do valor de uso em valor de troca da terra urbana, pois, se beneficiam agregando preço às terras, obtendo a maior renda possível e vendendo a outros agentes ou em alguns casos ele mesmo atuando como promotor imobiliário. Estas terras podem ser de interesse de

alguns dos outros agentes, como é o caso dos proprietários dos meios de produção para implantar suas indústrias, mas, é principalmente direcionada sua venda ao uso para habitação, seja ela de *status* ou não, sendo que só não é direcionada para a moradia de alto custo se a localização não for atrativa para os grupos mais bem abastados da sociedade. Podemos considerá-lo como um dos principais agentes na expansão da mancha urbana de uma cidade, transformando terras rurais em urbanas.

Os promotores imobiliários realizam algumas operações como a incorporação, o financiamento, o estudo técnico, a construção e a comercialização dos imóveis. Assim como os proprietários fundiários, estes também mercantilizam a cidade atribuindo assim o valor de troca a parcelas do espaço citadino, com isso fomentando a especulação, o que vem a ser relevante para a compreensão da morfologia urbana, haja vista que a mesma acaba por determinar a localização dos grupos sociais excluídos.

O Estado por sua vez, é um dos mais importantes e ativos agentes produtores do espaço urbano, podendo atuar como qualquer um dos agentes citados anteriormente, no entanto, sua contribuição mais significativa é o seu papel de regulador do espaço, interferindo na morfologia das cidades na medida em que interfere nas ações dos demais agentes, executando o ordenamento do território no espaço da cidade, agindo de acordo com a lógica capitalista da acumulação e em função da reprodução desta, a favor dos grupos financeiramente mais influentes e das elites (CORRÊA, 1989).

O Estado se faz presente na cidade por meio de três instancias ou níveis político-administrativos que são: o federal, o estadual e o municipal, sendo que sua atuação sobre o espaço é diferente dependendo de cada nível, ressaltando que é na instância municipal que o Estado interfere ou possibilita interferências e mudanças de formas mais efetivas, bem como também é nesse nível em que a atuação pública a favor dos interesses dominantes (geralmente das elites locais) é mais facilmente perceptível, principalmente se considerarmos que as forças políticas locais são na maioria das vezes grandes proprietários de terras, agentes imobiliários e até mesmo proprietários dos meios de produção.

Se o Estado trabalha no espaço urbano a favor dos interesses do capital, bem como todos os outros agentes seguindo a lógica da acumulação, substituindo o valor de uso do espaço pelo valor de troca, transformando de maneira explícita a terra urbana em mercadoria, é de fácil compreensão que nem todos poderão pagar por esta mercadoria,

no entanto, todos possuem a necessidade biológica e social de usufruir da habitação. Temos então um problema socioespacial sobre o qual falaremos a seguir, onde será discutido o último, porém, não menos importante, agente produtor do espaço urbano; os grupos sociais excluídos.

São chamados de grupos sociais excluídos aquela parcela da população que não possui renda suficiente para garantir sua habitação, ou uma habitação com acesso aos equipamentos e bens necessários a uma melhor qualidade de vida. Corrêa (1989) afirma que as possibilidades para esses grupos habitarem são: os cortiços, as casas construídas pelos próprios moradores nas periferias em loteamentos destinados a essas classes sociais, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado (a exemplo do programa “Minha Casa Minha Vida”), e os assentamentos informais, ou como prefere Corrêa (1989), as favelas.

Nota-se que as três primeiras possibilidades ocorrem relacionadas a um agente social, como o proprietário dos imóveis, o proprietário fundiário que age nas periferias e o Estado, ou seja, nenhuma dessas possibilidades faz do cidadão excluído um agente produtor do espaço urbano, já a última possibilidade é completamente diferente, principalmente se observarmos a autonomia apropriada pelo sujeito, onde ele próprio, através da ocupação, conquista a terra urbana, constrói sua moradia e ali passa a desenvolver sua vivência, produzindo assim espaço, transformando-o constantemente e transformando-se em um importante agente produtor do espaço urbano. Como afirma Corrêa (1989, p. 30);

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes.

O próximo passo será conhecer e compreender como ocorre o processo de produção dessas áreas, para isso é necessário antes entendermos as lógicas de produção do espaço urbano, e mais especificamente a que leva o indivíduo a pertencer a estes grupos e atuar na produção do espaço dessa forma, considerando que existem outras formas de apropriação do espaço urbano para moradia.

1.2 - As diferentes lógicas de produção do espaço urbano

Inúmeros podem ser os fatores específicos determinantes para o surgimento de um bairro pobre proveniente de ocupação, mas, dadas as condições impostas pelo sistema capitalista, na qual valoriza-se, sobretudo, o valor de troca ao invés do valor de uso, tendo no mercado imobiliário uma das demonstrações mais latentes da contradição que é essa inversão de valores no espaço citadino, podemos concluir, então que todas são, de algum modo, provenientes da má distribuição de renda que é característica desse sistema. Sendo assim, concorda-se com Corrêa (1989, p. 29) quando afirma que:

No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão [...]

Sobre esse tema, Rodrigues (1988) nos mostra todas as formas de apropriação, onde para uma pequena parcela da sociedade é extremamente fácil adquirir, inclusive, grandes extensões de terras urbanas visando à especulação e acumulação. No entanto, para o trabalhador, para a grande maioria e principalmente para as pessoas à margem da sociedade, essa apropriação não é realizada de forma simples, pois, para apropriar-se de um imóvel, um trabalhador pode dedicar muitas vezes toda sua vida útil.

Através dos promotores imobiliários, ou mesmo das iniciativas do próprio Estado com os programas de habitação e incentivos à construção e alguma facilidade de acesso ao crédito, o trabalhador prende-se a uma dívida por um longo período de tempo, haja vista que a necessidade de habitar não é contemplada de forma satisfatória através de outras formas como o aluguel que também consome boa parte da sua renda, ele se vê obrigado a vincular-se a esse débito muitas vezes vitalício.

Estes trabalhadores são, a considerada pelo mercado imobiliário, demanda solvável, levando em conta que mesmo despendendo boa parte da renda familiar para a moradia, ainda conseguem pagar, mas, há aquela parcela que não pode, pois, como afirma Abramo (2010, p.218) “A solvência é uma ‘barreira de entrada’ no mercado ou nos programas de habitação”, e aos que não podem pagar pelo acesso à moradia, resta uma última alternativa, conquistar seu espaço no território da cidade através da ocupação, ou seja, a lógica de produção do espaço urbano em questão é baseada na

ausência de recursos e no desprovimento, ou, pouca viabilidade de outras formas de aquisição da terra urbana.

Para compreendermos as lógicas de produção do espaço urbano e então podermos afirmar sobre qual vamos tratar neste, recorreremos a dois autores que trabalham a produção social do *habitat* e a produção da segregação espacial e nos apresentam algumas lógicas de produção do espaço citadino. O primeiro é De La Mora (2010), que nos mostra quatro formas de produção do *habitat*, que são: a produção empresarial, comandada pelo mercado e tendo como base a constante busca pelo lucro; a produção estatal, que segundo o autor é parecida com a anterior, mas é financiada por bancos estatais, pelas políticas urbanas e de habitação e também pela população, que constituindo uma demanda solvável, como já dito neste, podem usufruir desta forma de produção, que é instalada sob o discurso de garantir ao cidadão o direito à cidade e à habitação. As duas últimas são: a produção social e a espontânea do *habitat*, entendendo essa social como “a síntese dialética das modalidades estatal e espontânea” (DE LA MORA, 2010, p. 399), pois, se trata da ação combinada entre comunidade e poder público. Como nos explica o autor:

A produção social do *habitat* viria a ser uma nova modalidade em que as lideranças dos movimentos sociais e os representantes de grupos de famílias se articulam com a Caixa Econômica Federal, empresas estaduais de habitação, Prefeituras, empresas distribuidoras de energia elétrica e água e coletoras de resíduos sólidos e líquidos, para produzir socialmente o *habitat* junto “com” os excluídos, empreendendo processos de cogestão, em que as decisões em todos os níveis sejam tomadas levando em consideração os aspectos culturais, sociais, organizacionais, ambientais das famílias e dos locais, assim como as restrições urbanísticas, legais, tecnológicas e financeiras do sistema de gestão urbana (DE LA MORA, 2010, p. 400).

A espontânea é produzida por indivíduos que não conseguem acessar as outras formas de aquisição da terra urbana e da habitação. Esta forma de produção do *habitat* é semelhante à lógica de produção habitacional da necessidade, que Abramo (2010) nos apresenta. Para este autor, existem duas grandes lógicas de produção habitacional atualmente; a lógica do Estado, que podemos comparar com a produção estatal do *habitat*, citada anteriormente, e a lógica do mercado, que podemos equiparar à produção empresarial colocada por De La Mora. Há ainda, de acordo com Abramo (2010), uma terceira e importante lógica de produção habitacional; a 'lógica da necessidade',

entendida como a forma de produzir espaço dos indivíduos excluídos da lógica do mercado e negados pelo Estado o direito à moradia.

Pois bem, temos agora elucidado o que impulsiona o surgimento dos assentamentos informais, ou como prefere o Estado, os “aglomerados subnormais”, logo, a razão pela qual as pessoas habitam nestes espaços e não em outros espaços da cidade. São “motivados” pela necessidade, já que não alcançam as demais formas de habitar produzidas atualmente. Partindo dessa ideia, o presente texto pretende apresentar ao leitor no seu discorrer, o estudo de um bairro proveniente de ocupação, o Nossa Senhora Aparecida. No entanto, antes disso é possível e necessário apresentarmos o perfil da maioria desses espaços nas cidades brasileiras, ou, até mesmo na América Latina.

1.3 – Principais características dos assentamentos informais urbanos

Os “aglomerados subnormais” ou bairros provenientes de ocupações, possuem por características o fato de se consolidarem em áreas da cidade de menor valor fundiário, áreas que dificilmente interessariam ao grande mercado imobiliário que trabalha com a venda de moradias de *status*, por conta dos aspectos físicos do local ou mesmo áreas até então rurais nos arredores da cidade, onde é efetuada a ocupação desse espaço. Ali as próprias pessoas passam a construir suas casas, ajudando umas às outras por meio de vínculos familiares, afetivos, ou apenas pela solidariedade ao vizinho em situação semelhante, onde os mutirões para a edificação ou melhoria da casa de um e outro são formas viáveis de se estabelecerem no local e garantir a moradia. Construções estas realizadas à custa da desvalorização da força de trabalho da população pobre residente nessas áreas, como podemos observar na reflexão de Maricato (2015, p. 26):

Desigual e combinado, ruptura e continuidade, modernização do atraso, modernização conservadora, capitalismo travado, são algumas das definições que explicam o paradoxo evidenciado por um processo que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas e, frequentemente, não capitalistas, *stricto sensu*. As cidades são evidências notáveis dessa formulação teórica, e, nelas, o melhor exemplo talvez seja a construção da moradia (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda). Essa construção se dá aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística, em áreas ocupadas informalmente.

O alcance aos serviços e equipamentos urbanos para os moradores desses bairros é geralmente limitado ou complicado, a exemplo das condições de saneamento e coleta de lixo que, em muitas dessas áreas, são inexistentes, sobretudo, nos primeiros anos da comunidade. O acesso a escolas, postos de saúde e transporte público também são difíceis, bem como a bancos, comércio e serviços em geral. Boa parte da rede elétrica é clandestina, mas, não há dificuldade em conseguir de forma regular, assim como o fornecimento de água, já que são serviços pelos quais o morador paga mensalmente.

Com o passar do tempo, o espaço ocupado pelas pessoas forma o bairro e tende a passar por um processo de urbanização, ou seja, apresentar elementos característicos das áreas urbanas, como acesso a alguma infraestrutura e a alguns serviços e comércio, muitas vezes implantados pelos próprios moradores, entre outras características e benefícios básicos antes ausentes. No entanto, esse processo não é rápido, nem tão pouco espontâneo, ele ocorre, na grande maioria das vezes, por meio de pressões por parte da população, geralmente direcionadas às autoridades municipais, como afirma Corrêa (1989, p.31) sobre esse processo que ele chama de “evolução da favela”:

(...) sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros.

As lutas dos moradores organizados não se limitam a melhorar a infraestrutura e acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Uma das principais pautas de reivindicação dos mesmos, a partir de certo tempo em que a ocupação está consolidada e o bairro sendo urbanizado, é a posse legal, ou seja, a titulação do terreno. A esse processo se dá o nome de regularização fundiária, e nesses casos especificamente; regularização fundiária urbana, que assim como a implantação de equipamentos urbanos e outros benefícios alcançados pelos moradores, muitas vezes é conquistada a partir de interesses eleitoreiros. Para termos esclarecido o que vem a ser de fato a regularização fundiária urbana, como ela ocorre, bem como, compreender sua importância para estes bairros e para a construção das cidades, é necessário que façamos uma breve discussão sobre o tema.

1.3.1 – Regularização fundiária urbana

A necessidade de ser realizada a regularização de uma porção do espaço urbano advém de duas possíveis situações; uma é quando o proprietário de determinada área não possui a titulação que lhe garanta a posse legal, sendo esse terreno oriundo de terra pública ou privada, e é a chamada irregularidade dominial, a outra é chamada de urbanística e ambiental, quando o parcelamento da terra não se encontra em conformidade com a legislação urbanística e ambiental e não está devidamente licenciado. O processo de regularização geralmente é realizado de maneira conjunta, podendo envolver diversos atores com funções distintas e em momentos diferentes, podendo ser agentes interessados ou pressionados a isso (BRASIL, 2010).

Em síntese, quando a finalidade é sanar irregularidade dominial, trata de uma ação pública cujo objetivo é proporcionar legalmente alguma estabilidade à população que reside em áreas em desconformidade com a lei no que tange a comprovação da propriedade. Segundo a Lei federal nº 11.977/2009, regularização fundiária é

(...) o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2010, p.14)

Como dito, as ações voltadas para a regularização e reconhecimento da efetiva posse da terra urbana, visam legalizar espaços das cidades utilizados para fins de habitação, o que abrange áreas derivadas de ocupações, mas, não apenas. Por esse motivo há a regularização de interesse específico e a de interesse social; sendo que a de interesse específico, possui por propósito a normatização e reconhecimento do estabelecimento de áreas destinadas à habitação de pessoas de classes média e alta em condição de irregularidade, áreas essas fomentadas pelos promotores imobiliários ou proprietários fundiários. Em contrapartida, a regularização fundiária de interesse social objetiva a legalização e reconhecimento de assentamentos informais em áreas urbanas, habitadas em sua maioria, por populações de baixa renda, que ali se estabeleceram por lhe serem negadas outras formas de acesso à habitação. Segundo a lei 11.977/2009, a regularização fundiária de interesse social pode ser promovida pelo Estado através da União, estados, municípios e o Distrito Federal. Também pode ser realizada a partir da

população, ou seja, a partir dos grupos sociais excluídos residentes nos assentamentos informais, podendo ser de forma individual, ou organizados em grupos, como associações, cooperativas, entidades civis que buscam a promoção do desenvolvimento urbano e/ ou a própria regularização fundiária, bem como organizações que visam o interesse público (BRASIL, 2010).

Em um processo de regularização de determinada área, vários atores são envolvidos, e cada um desempenha determinada função e possuem papéis específicos. Considerando ainda que, durante os trâmites dessa ação, os atores podem divergir de acordo com interesses distintos, bem como encontrar obstáculos e limitações dentro da própria legislação, entre outros fatores que podem fazer com que o processo se estenda por muito tempo. Isso ocorre, por exemplo, com os municípios que ao realizarem a regularização de determinado bairro até então ilegal, precisam se adequar a uma série de exigências, sobretudo, se esse bairro é consolidado em áreas da União, onde por meio do Ministério do desenvolvimento Agrário, a Secretaria de patrimônio da União, embasada na lei 11.952 de 25 de junho de 2009, faz a doação daquela parcela do espaço para o município, para que este possa então regularizar a situação dos moradores quanto à titulação de seus imóveis (BRASIL, 2011). Essa lei possui por objetivo tornar mais simples o processo de regularização de terras públicas federais, ainda assim, é um processo um tanto quanto burocrático e conseqüentemente demorado, envolvendo, inclusive, vários outros atores.

Para requerer a regularização dessas áreas, o município precisa cumprir uma série de exigências, como apresentar, entre outros documentos, planta e memorial descritivo do perímetro da área, representação cartográfica que denuncie a localização, situação geográfica e condições de ocupação, laudo comprovando que a referida área não possui mais vocação agrícola, além de um plano diretor. Daremos aqui, destaque ao plano diretor, por ser um documento de suma importância para o ordenamento do espaço urbano, e, conseqüentemente, para a regularização de áreas em desconformidade, mas para isso é importante discorrermos, mesmo que de forma sucinta, sobre o Estatuto da Cidade, documento que entre muitas outras coisas, vem reforçar e divulgar a ideia de plano diretor.

Este documento é a reunião de leis já existentes, somados a novos conceitos e instrumentos, com o objetivo de proporcionar mais visibilidade para as questões urbanas

e unificar no país a forma de lidar com as cidades e seus problemas intrínsecos. Para Maricato (2010), o que norteia o estatuto é o acesso à terra, não necessariamente a terra urbana, pois como afirma a autora

O Estatuto da Cidade não trata apenas da terra urbana. Assumindo um enfoque holístico a lei inclui: diretrizes e preceitos sobre planos e planejamento urbano, sobre gestão urbana e regulação estatal, fiscal e jurídica (em especial sobre as propriedades fundiárias e imobiliárias), regularização da propriedade informal, participação social nos planos, orçamentos, leis complementares e gestão urbana, parcerias público-privadas, entre outros temas. (2010, p.6)

Em outros termos, a proposta do Estatuto da Cidade, *a priori*, é o cumprimento de uma função social, relativa principalmente à questão da moradia, sobretudo, no que tange a regular a propriedade urbana, controlando outros interesses que venham de encontro a função social da habitação, tendo por objetivo atenuar a segregação e tornar as cidades menos excludentes. Ou seja, a relevância do estatuto da cidade, vai além de tentar unir num mesmo sentido, a forma de gerir as cidades brasileiras, sua importância é justificada, principalmente, enquanto defensor do cumprimento da função social da cidade e do acesso à terra, e enquanto difusor da lei do plano diretor para os municípios, pois o estatuto vem reforçar a ideia de autonomia local para a gestão das cidades, e tal autonomia é exercida, sobretudo, por meio de um plano diretor participativo, como podemos observar na contribuição de Maricato (2010) no texto O Estatuto da Cidade Comentado:

Com base nas diretrizes federais sobre o desenvolvimento urbano e sobre a propriedade privada da terra e imóveis, o planejamento e a gestão urbanos, bem como a resolução de grande parte dos conflitos fundiários, foi remetida para a esfera municipal. É no município, por meio da lei do Plano Diretor (...), que serão definidos os conceitos de propriedade não utilizada ou subutilizada e que serão gravadas, em base cartográfica, as propriedades a serem submetidas a sanções de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (2010, p.6).

O plano diretor, por sua vez, é um instrumento por meio do qual o município procura garantir que a cidade cumpra com sua função social. Por esses e outros motivos, justifica-se a sua importância, por tratar-se de um documento de fato voltado ao planejamento, que segundo a realidade de cada município, apresentaria uma série de propostas para o desenvolvimento socioeconômico, organização espacial e utilização do solo urbano, bem como toda a estrutura urbana para curto, médio e longo prazo (VILLAÇA, 1999).

Isso afirmando de forma ampla, mas, trazendo para a questão da regularização fundiária, que é aqui nosso interesse, em que pesa o plano diretor no que diz respeito à garantia do acesso à terra que o estatuto da cidade preconiza? Seguindo a advertência de Villaça (1999), e colocando de acordo com a realidade de cada município, recorreremos à Lei Municipal nº. 17.213 de 09 de outubro de 2006, ou seja, ao Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Marabá, para observarmos o que diz concernente a regularização fundiária urbana de interesse social.

Logo em seu início, no segundo artigo, o PDP declara, no inciso um, como sendo um de seus princípios fundamentais, propiciar aos cidadãos acesso a direitos e políticas públicas direcionadas à promoção da solidificação de uma sociedade mais justa, instituindo que a propriedade deve cumprir com sua função social (MARABÁ, 2006). Mais adiante, no artigo 68, onde expõe as políticas para habitação, o referido documento aponta como uma das diretrizes destas, “executar ações de regularização urbanística e jurídica em loteamentos irregulares e ocupações em terrenos públicos e privados” (MARABÁ, 2006, p. 22). No artigo seguinte, o PDP trata da garantia do acesso da população de baixa renda à habitação, onde pré-estabelece que esta deve ocorrer por meio de, entre outras formas, regularização jurídica, em consonância com outros entes governamentais, como ITERPA (Instituto de Terras do Pará), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e a União (MARABÁ, 2006).

Tais declarações, entre outras, além das supramencionadas que implícita ou explicitamente fazem menção à regularização fundiária, já denotam ter Marabá um plano diretor que possibilita a realização de regularização fundiária urbana de interesse social. No entanto, há uma seção para tratar exclusivamente de regularização jurídica para habitação de interesse social, refiro-me à Seção V, mais especificamente os artigos 72 e 73, onde determinam quais instrumentos devem ser aplicados em processos envolvendo tanto terrenos públicos, quanto privados, onde em terrenos públicos, os instrumentos são: Concessão Especial de Uso Para Fins de Moradia, Concessão de Direito Real de Uso em Terrenos Públicos, Direito de Preempção (consiste na preferência do poder municipal por adquirir imóvel urbano objeto de negociação entre particulares) e Direito de Superfície (o direito de utilizar um terreno alheio para habitação, agricultura ou outros fins). Já aos processos de regularização jurídica para habitação de interesse social em terrenos privados, os instrumentos cabíveis são:

Usucapião Urbano, Concessão de Direito Real de Uso em Terrenos Privados e a Desapropriação.

Para Saboya (2007), o plano diretor é uma síntese dos objetivos dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano e serve para normatizar as decisões destes, bem como estabelecer diretrizes e princípios para tais assentimentos. Concorda-se com Saboya (2007) quando este afirma que tal documento pode ser utilizado em benefício de agentes específicos produtores do espaço urbano, geralmente, movidos pela lógica da acumulação, entretanto, como propõe o Estatuto da Cidade e de acordo com as lutas dos grupos sociais excluídos, ele pode, e deve, ser utilizado para fins sociais em benefício dos que, movidos pela necessidade, produzem seu próprio espaço na cidade, com a finalidade de garantir sua própria sobrevivência e estabelecimento enquanto cidadão.

Tais produtores do espaço urbano, os grupos sociais excluídos, como já dito, fazem parte da construção do Brasil urbano atual, haja vista que consideráveis extensões de espaços habitados das cidades brasileiras, são assentamentos informais. Nas cidades amazônicas não é diferente, onde a desigualdade social é exorbitante e a superestimação do valor de troca da terra urbana, em detrimento do valor de uso, é imposta pelo capitalismo através de seus agentes. E, é exatamente nessa região do país, mais especificamente na Amazônia oriental, no município de Marabá-PA, onde analisaremos a produção do espaço urbano, prospectando compreender a relação da cidade com os bairros surgidos a partir de ocupações, bem como entender a importância desses bairros na produção do seu espaço urbano contemporâneo. Para isso, é necessário que façamos um breve retorno à história dessa cidade, bem como uma reflexão a respeito da sua formação, enquanto importante centro urbano regional, e as implicações e influências de tais constatações para com os bairros resultantes de ocupações e a importância dessa relação dialética entre bairros e cidade.

CAPÍTULO 2 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ

Data de 1653, dirigida pelo padre português Antônio Vieira, a primeira expedição a alcançar o sítio onde hoje é localizada a cidade de Marabá-PA, pois, alcançou a foz do rio Itacaiúnas. No entanto, só em 1895 a localidade foi ocupada por Carlos Gomes Leitão, com a finalidade de estabelecer um burgo agrícola, onde, juntamente com algumas famílias vindas de Goiás pretendiam permanecer e desenvolver agricultura e pecuária. Entretanto, Leitão não contava com as condições da área, nada favoráveis, por serem sujeitas às cheias, assim sendo, mudaram-se para 18 quilômetros rio abaixo. Mais tarde, em 1898, Francisco Coelho inaugurou um barracão neste sítio, à margem direita do Itacaiúnas, na proximidade da confluência com o Tocantins. Francisco Coelho foi seguido por outros comerciantes, motivados, principalmente, pelas riquezas do entorno do Itacaiúnas, sobretudo, o caucho, onde promoveram o surgimento do povoado, tendo desde seu início o comércio como foco, pois, sua localização era estratégica para o escoamento da produção.

Por conta de tal localização, à beira dos rios, as casas eram palhoças, que submergiam nas cheias e emergiam no baixar das águas, pelo fato de serem sazonais não se preocupavam em melhorar tais construções, porém, devido a crescente importância da localidade, posteriormente, foram surgindo melhores edificações, mais afastadas das margens dos rios, e aos poucos uma pequena cidade. Mas, nem essas escapavam das cheias quando mais intensas (as primeiras grandes cheias foram registradas em 1906, 1926, e 1947) o que já no início da formação urbana, fazia com que pensassem em transferir a cidade para outro sítio, mais alto e mais afastado dos rios (VELHO, 1981).

Acontece que, mesmo que fosse cogitada a ideia de mudar a cidade para outro sítio, sua localização extremamente estratégica ao extrativismo não permitia que isso ocorresse. Aliás, foi o extrativismo que atraiu o contingente inicial para que a localidade se consolidasse enquanto cidade, apresentando já nos primeiros anos do século XX algum crescimento urbano, que viria a ser a gênese do que é a singular configuração urbana de Marabá. Como afirma Almeida (2008, p.34):

Milhares de migrantes foram atraídos para o extrativismo nas terras pertencentes ao município de Marabá [...] O interesse pelas duas atividades se impôs e promoveu adaptações por parte das populações

locais às adversidades naturais, principalmente ao construir uma cidade em um local inadequado como o pontal.

Almeida (2008) fala em duas atividades, pois, refere-se à coleta e exportação da castanha-do-pará, atividade que teve início ainda durante a exploração do caucho, e que se manteve durante bastante tempo. O autor também cita os migrantes, atrelando-os a atividade econômica predominante na época, e devemos dispensar bastante atenção a isto, haja vista, que o migrante é um personagem importantíssimo na história da construção do espaço urbano dessa cidade.

2.1 - O extrativismo vegetal enquanto fator determinante no surgimento e crescimento da mancha urbana de Marabá

A história de Marabá, ou, mais especificamente, da sua economia é marcada por alguns “ciclos”, ou melhor, por períodos de predomínio de determinada atividade econômica, que vão, em seus respectivos tempos, influenciar de maneira direta os fluxos migratórios para a região, principalmente, para o município, o que conseqüentemente, veio a exercer influência de forma significativa, e em determinados momentos, abrupta, na morfologia da cidade.

Em 1913, mediante pressões dos comerciantes locais que reivindicavam perante o governo do Pará que a região fosse incorporada a Goiás, alegando ter Marabá mais vínculo com esse estado que com o próprio Pará, o povoado ganha autonomia municipal, com território desmembrado de São João do Araguaia (VELHO, 1981). Utilizaremos este marco histórico da emancipação político-administrativa para simbolizar o início do primeiro dos ciclos econômicos; o ciclo da borracha, que finda em 1920. A escolha de tal recorte temporal atribui-se ao fato de Marabá, nesse período, já começar a possuir o *status* de centro comercial, demonstrando notável significância enquanto eixo de produção de novas espacialidades (TRINDADE JR. *et al*, 2010), resultando, nessa fase, na “primeira significativa imigração, alterando o uso territorial, com uma ocupação a área oeste da hoje chamada Marabá Pioneira” (PNUMA *et al*, 2010, p. 34).

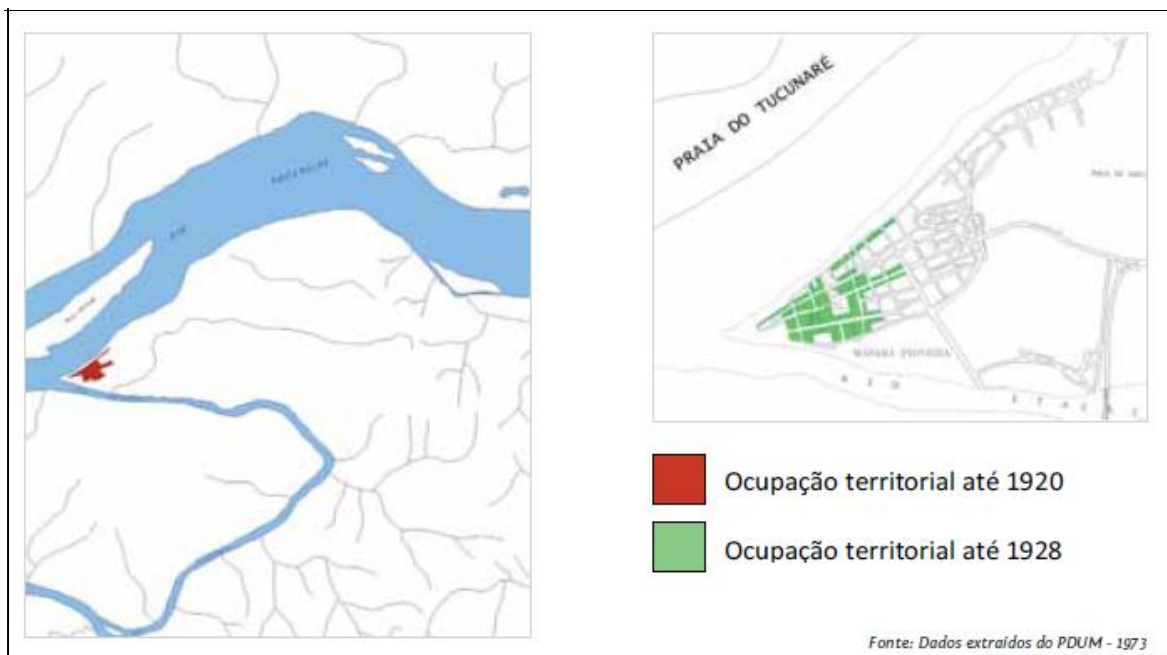
As duas primeiras décadas do século XX configurou momento de intensas transformações no âmbito do processo de produção do espaço regional amazônico, face às novas dinâmicas empreendidas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, a expansão da demanda internacional pela borracha (*hevea Brasiliensis*) contribuiu decisivamente para o dinamismo econômico e demográfico de algumas cidades amazônicas [...] O “boom” da demanda por borracha nos mercados internacionais, o elevado preço que este produto alcançou nos

mesmos mercados, associado à relativa abundância de borracha em áreas do território amazônico, são fatores que contribuíram para a dinamização das atividades de extração e comercialização da borracha [...] (RODRIGUES, 2010, p. 56).

Marabá estava inserida nesse contexto, sendo um dos principais municípios fornecedores/ exportadores de látex. A exportação do caucho nesse ano (1913) foi de 327.900 kg e nessa mesma época começa a cair o preço da borracha, oito anos depois (1921) a exportação foi de 92.000kg, e poucas décadas depois já nem sequer era registrada a exportação de caucho na região (VELHO, 1981).

Segundo Velho (1981), com o ciclo da borracha encerrado, a economia da cidade é levada a outro, o da castanha-do-pará, supramencionado. O fruto que há muito já era consumido e até exportado em pequenas quantidades, e que teve em 1913 uma produção de apenas 20 hectolitros, em 1921 já alcançara a marca de 27.965 hectolitros produzidos, ficando atrás apenas de Óbidos em toda a Amazônia na produção de castanha, e no final da década o governo já considerava Marabá como o maior exportador de castanha do estado. Nessa mesma época (1928), a cidade inicia um processo de reconstrução e melhoria urbana, que motivado por uma grande cheia que ocorrera dois anos antes, vem demonstrar, por questões econômicas, a aceitação de se conviver e lidar com os periódicos aluviões.

Figura 01: Expansão urbana até 1920 e até 1928.

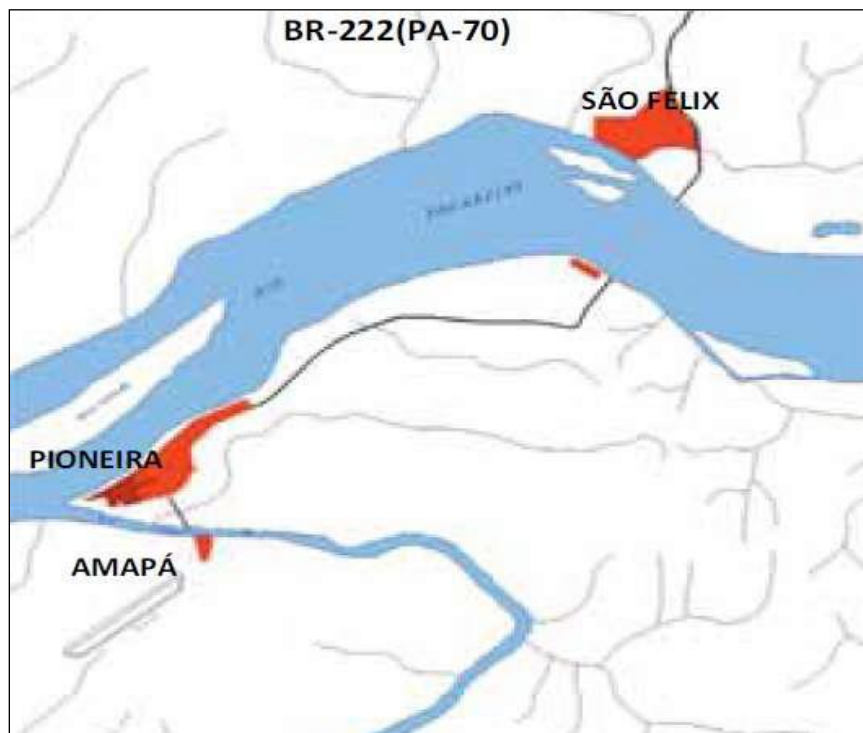


Fonte: PNUMA *et al* (2010).

O referido período consistiu na construção de novas vias e asfaltamento das ruas principais, construção de prédios públicos para equipamentos urbanos como escolas e hospitais, além de prédios comerciais e residenciais. Outra construção importante, realizada em 1937, foi o aeródromo, obra que estimulou o advento do bairro Amapá, do outro lado do rio Itacaiúnas, expandindo novamente de forma significativa a área urbana do município (PNUMA *et al*, 2010).

Em 1939 o diamante nas proximidades de Marabá vem a ser outro atrativo populacional. Dados de 1950 apontam uma população de 11.130 habitantes, mas, o crescimento urbano mantém-se restrito aos bairros já existentes: o que viria a ser o núcleo Marabá Pioneira, expandindo-se, principalmente, pela margem esquerda do Tocantins, e o Amapá. Dez anos após, em 1960, com uma população de 14.228 habitantes, surge o núcleo São Félix, na margem direita do Tocantins, assim como o Amapá, com o intuito de não mais restringir a cidade as áreas alagáveis (PNUMA *et al*, 2010).

Figura 02: Mancha urbana de Marabá após 1960



Fonte: PNUMA *et al* (2010)

De acordo com Ribeiro (2010), em 1966, após o golpe militar (1964), foi dado início a realização de um projeto de desenvolvimento para a região, por meio, principalmente, da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia). Tal projeto era composto por políticas que visavam, sobretudo, a integração da Amazônia ao território nacional e a sua modernização capitalista, e acabaram por transformar a estrutura produtiva da região. A economia local, como explicado, que até então tinha uma organização baseada no extrativismo vegetal, se diversifica e passa, a partir daquele momento, a ter como base a produção agropecuária e mineral, levando ao término do ciclo da castanha.

2.2 – Os grandes projetos na Amazônia e a produção do espaço urbano em Marabá sob diferentes lógicas

Atrelada a produção agropecuária havia a exploração madeireira, configurando o que PNUMA (*et al*, 2010) classifica como ciclo pecuário e madeireiro, indo de 1970 a 1980, como podemos certificar:

A partir de 1971, o poder político e econômico das oligarquias locais que exploravam a castanha-do-pará, no município de Marabá, é reduzido com a transferência desse poder para novos grupos empresariais que passaram a explorar outras atividades, como a

pecuária, baseada nos incentivos fiscais por meio da Sudam, além da exploração madeireira, que se aliava ao desmatamento, custeada pelos recursos públicos, para a formação dos pastos, iniciando-se uma nova fase do desenvolvimento econômico, que incluía o ciclo pecuário e madeireiro (PNUMA *et al*, 2010).

Com relação à produção mineral, Marabá passa a sofrer consequências atreladas a essa atividade econômica desde que foi descoberta a jazida ferrífera em seu território, na Serra dos Carajás, em 1967, pois, desde então intensificaram as políticas de controle do território e de acesso à região, onde, na década seguinte começaram os empreendimentos voltados para o projeto de exploração do ferro, denominado Projeto Grande Carajás, atraindo milhares de pessoas. Outra atividade mineral que exerceu grande influência, a partir de 1980, foi a descoberta de ouro na Serra Pelada, atraindo também milhares de trabalhadores do país, que mantinham relações com o centro urbano de Marabá, por ser a cidade mais próxima, e, principalmente, após o “boom” do ouro, se instalando em Marabá grande parte desses trabalhadores, o que, posteriormente, influenciou bastante na produção espontânea do espaço urbano dessa cidade (ALMEIDA, 2008).

Marabá torna-se o centro polarizador das políticas supramencionadas, principal ponto de concentração e distribuição da força de trabalho que se desloca para trabalhar nos grandes empreendimentos, além de se tornar sede para as atividades do Estado e das empresas capitalistas que passaram a explorar a região, ou seja, nesse processo, Marabá se torna um importante centro logístico, e de organização do território regional (RIBEIRO, 2010), passando então a viver o que PNUMA (*et al*, 2010) intitula de ciclo industrial- mineral, que se perpetua até o século XXI, e coexistindo com as atividades atreladas a pecuária e exploração madeireira.

Com o advento da construção das grandes rodovias na Amazônia, as cidades ribeirinhas que tinham relativa proximidade com estas, deixaram de se relacionar com os rios de forma tão intensa e passaram a ter na rodovia sua forma de reprodução espacial, como nos mostra Souza (2015, p. 53):

A Amazônia, que até então tinha nos rios as suas principais “estradas”, começa a se redefinir a partir do traçado das rodovias, que irão atrair pessoas, já que esta era uma “terra sem homens para homens sem terra”, de acordo com o presidente Emílio Médici, como também irá atrair as empresas capitalistas que irão ‘integrar’ a região ao restante do país e ao mercado mundial.

Isso ocorreu com Marabá com a construção da PA-70 (que liga a cidade à Belém-Brasília) e, principalmente, pouco depois, com a abertura da transamazônica. A população de Marabá, que em 1960 contava com pouco mais de 14.000 habitantes, passa por um intenso processo de crescimento em função dos projetos e políticas do governo federal, e na década de 1980 chega a um total de 59.743 (EMMI, 1999).

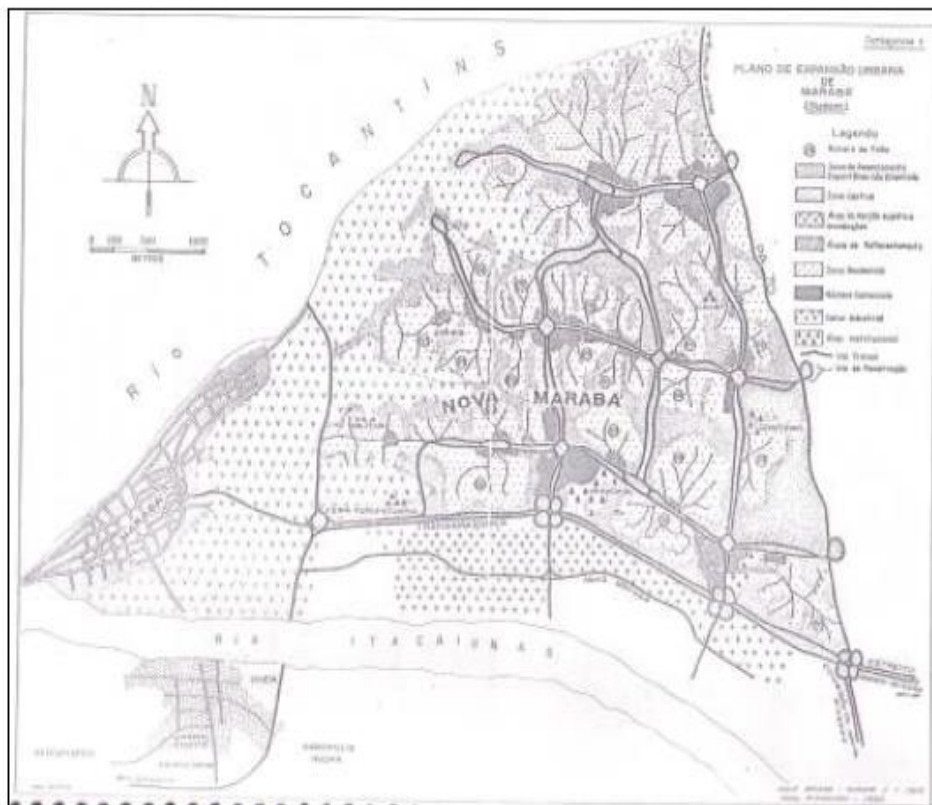
Tanto esses projetos e políticas, quanto o espantoso crescimento populacional que motivaram, levaram Marabá a passar por um processo de significativa transformação e expansão do seu tecido urbano, como expõe Trindade Jr *et al* (2010, p.19):

Com o advento das redes tecno-políticas (rede rodoviária, rede de transporte, redes elétricas, redes de comunicações, rede urbana) (BECKER, 1982; 1991), a partir da década de 1970, provenientes de intensos investimentos governamentais, o avanço do capital financeiro e industrial, bem como de outras frentes de expansão atreladas ou não a atividades econômicas como a pecuária, a extração madeireira, a agricultura camponesa etc. (HÈBETTE, 2004), contribuiu para uma nova configuração de Marabá cujas marcas se fizeram presentes notadamente na sua paisagem urbana, quando então novos núcleos, além da Velha Marabá, onde se originou a cidade, passaram a constituir a estrutura da cidade.

Marabá até a década de 1960 era constituída apenas pelo núcleo que passaria a ser chamado de Marabá Pioneira (além dos supracitados São Félix e Amapá), e ele não apresentava condições para a absorção dos fluxos migratórios provenientes das, já mencionadas, políticas aplicadas à região e dos inúmeros processos e fenômenos sociais e econômicos resultantes das mesmas. Tal limitação se dava por conta dos rios que orlam a cidade, o que resultou na escolha de outra área no município para abrigar os migrantes e também os moradores da cidade, que no núcleo pioneiro, padeciam com as cheias. Após vários projetos elaborados pela SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e pela SUDAM, em 1975, é criada a Nova Marabá, além de várias ocupações que surgem a partir desse período e, principalmente, na década de 1980 (SOUZA, 2015).

O núcleo Nova Marabá foi pensado com um traçado urbano um tanto quanto insólito, com formato de castanheira, onde as vias principais representavam tronco e galhos, e as “folhas” consistiam em pequenas subdivisões ou bairros menores dentro do núcleo maior. Tal planejamento foi elaborado pela empresa paulista Joaquim Guedes & Arquitetos Associados, onde foram contratados por meio de licitação, e possuíam o Estado e seus aparelhos empenhados na criação do novo núcleo.

Figura 03: Planta do projeto da SUDAM para a Nova Marabá



Fonte: YOSHIOKA, 1986 (apud RIBEIRO, 2010)

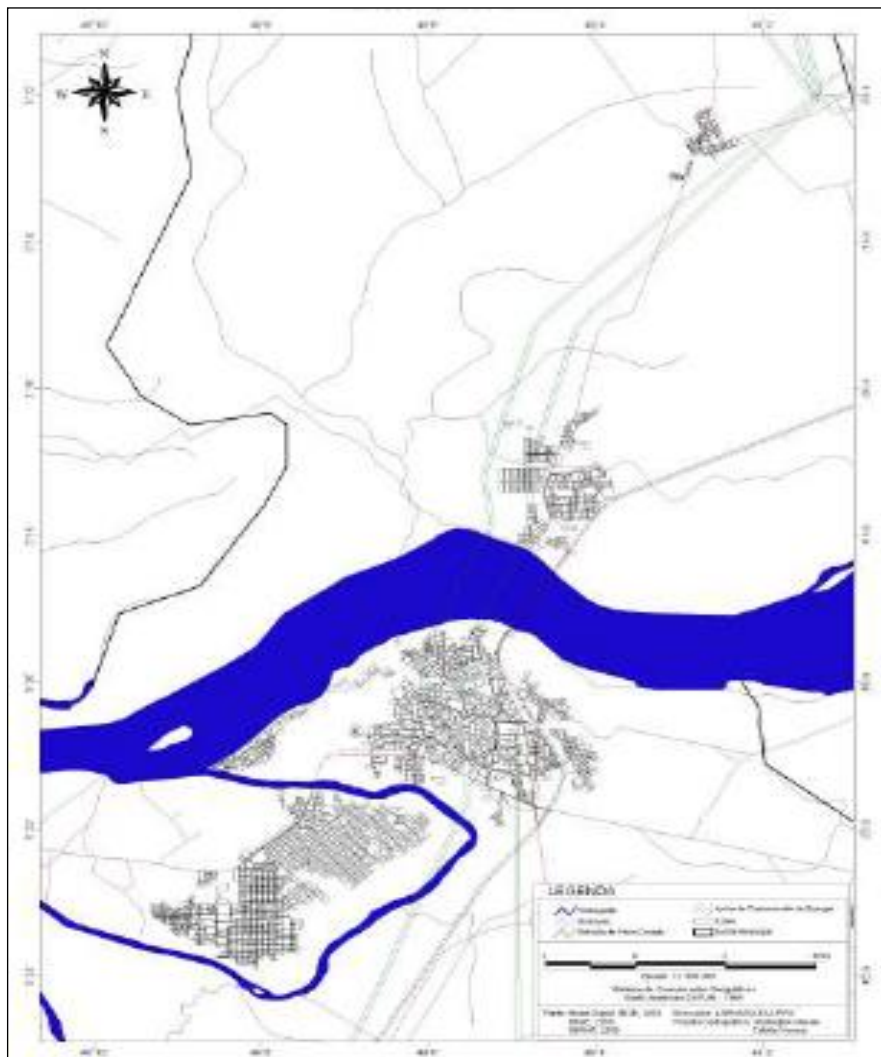
Ao mesmo tempo em que este núcleo ia passando a existir por meio da lógica estatal de produção do espaço urbano, outro ia tomando forma através, principalmente, da lógica da necessidade, o núcleo Cidade Nova (SOUZA, 2015; TRINDADE JR. *et al*, 2010).

Neste, também houve planejamento estatal, através do INCRA, criando nas proximidades do, já existente, Amapá a Agrópole, como parte das iniciativas do Governo Federal no sentido de assentar trabalhadores atraídos para a região pelo famigerado discurso “terra sem homens para homens sem terras”, no entanto, esse bairro/ assentamento planejado tornou-se apenas uma pequena parte do núcleo Cidade Nova, pois, tanto a quantidade de pessoas que chegavam de todas as partes (sobretudo, dos estados nordestinos mais próximos) foi bem maior que o esperado (por conta, entre outros motivos, da migração proveniente da extração do ouro em Serra Pelada), como o próprio INCRA não foi capaz de alcançar a meta que haviam estabelecido, não só em Marabá como ao longo das rodovias, o que desencadeou uma série de ocupações, principalmente margeando a Transamazônica (RIBEIRO, 2010; RODRIGUES, 2010). Trindade Jr (*et al*) vem reforçar o que foi explicado e nos ajuda a compreender esse processo:

Por sua vez, a constituição do Núcleo Integrado Cidade Nova (composto pelos bairros do Amapá, Cidade Nova, Novo Horizonte, Parque das Laranjeiras e Agrópolis Amapá) está relacionado inicialmente ao processo de expansão espontânea da cidade de Marabá, devido ao intenso fluxo migratório que se estabeleceu dos núcleos urbanos planejados (agrovilas, agrópolis) em direção à Marabá, diante do fracasso da política de colonização oficial empreendida pelo governo federal via INCRA, ao longo da Rodovia Transamazônica, na sub-região do Sudeste Paraense. Diante da crescente expansão que este núcleo de ocupação espontânea apresentou, bem como, em razão do intenso aumento das demandas e reivindicações sociais dos moradores deste espaço de expansão, o Núcleo Urbano Cidade Nova foi inserido no perímetro urbano da sede do Município, através da Lei nº 742, de 15 de dezembro de 1976 (IDESP, 1977). Configurava-se, assim, a cidade tripartite de que nos fala Becker (1990a), com três núcleos bem definidos e descontínuos, ainda que compondo uma só unidade urbana: a Velha Marabá ou Marabá Pioneira, a Nova Marabá e a Cidade Nova (TRINDADE JR. *et al*, 2010, p.20).

Estava assim definida, a singular configuração urbana de Marabá. No entanto, cada um desses núcleos, passou por processos que lhes atribuíram características também bastante peculiares.

Mapa 02: Expansão urbana a partir de 1970.



Fonte: RIBEIRO (2010)

A Nova Marabá, pensada a partir do PDUM (Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá) experimentou, sobretudo, a partir dos anos 1980, muitos processos de ocupações de terras, na grande maioria com as mesmas motivações que contribuíram para a formação do núcleo Cidade Nova. Tal plano falhou em não considerar a possibilidade das inúmeras ocupações, bem como, ao planejar um bairro que seria utilizado para que as pessoas residentes na Velha Marabá se mudassem por conta das cheias, sem ao menos consultar a população, pois, muitas pessoas até mudaram-se para o novo bairro, mas, por conta, principalmente, de seus modos de vida, com atividades atreladas diretamente aos rios, acabavam retornando para o núcleo pioneiro na cidade, e muitas outras nem saíram da Marabá Pioneira.

Vale ressaltar que, o núcleo Nova Marabá não foi planejado apenas para suprir a necessidade habitacional frente às enchentes, mas também para servir ao Estado e aos

grandes empreendimentos. Os fluxos migratórios não se restringiram a ocupar a Nova Marabá, atingindo também o núcleo antigo e a Cidade Nova, que passou a sofrer também influências do mercado imobiliário, sobretudo, porque grandes áreas para além da margem esquerda do Itacaiúnas estavam sob domínio de grandes latifundiários (TOURINHO, 1991; ALMEIDA, 2008; apud SOUZA, 2015).

Durante os primeiros anos do ciclo industrial, a cidade continuou a crescer enquanto centro regional, principalmente, por conta da reestruturação produtiva a que foi submetida, tornando-se importante polo siderúrgico, atrelado de forma direta às atividades mineradoras do PGC, e tendo outras atividades sendo desenvolvidas, especialmente, por conta deste. Tal reestruturação produtiva acabou também por modificar a paisagem urbana, sobretudo, com grandes obras como a construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins e a ponte sobre o rio Itacaiúnas, além da criação do Distrito Industrial e da, já citada, expansão dos núcleos Nova Marabá e, mais ainda, Cidade Nova.

A atividade industrial adquire mais relevância no final da década de 1980 e início da seguinte, não apenas em Marabá, mas em toda a área envolvida pelo PGC, associado às fases de transformação e beneficiamento do ferro, onde foram implantadas indústrias em algumas localidades, principalmente em Marabá e nos municípios de Açailândia e Santa Inês, ambos no Maranhão (PNUMA *et al* 2010; SOUZA, 2015).

2.3 – Marabá e a indústria: atração populacional e mercantilização da cidade

A COSIPAR (Companhia Siderúrgica do Pará) foi a primeira dessas indústrias a iniciar suas atividades em Marabá, no ano de 1988 e o setor industrial permaneceu ascendendo nos anos 1990 e 2000, influenciando sobremaneira no crescimento da mancha urbana, chegando em 2006, segundo Ribeiro (2010), a oito empresas nesse ramo de atividade na cidade, e, posteriormente, até a onze, quando, no final da década, por conta, principalmente, da crise mundial de 2008, várias destas empresas pararam suas atividades, já que nesse momento o preço do aço no mercado internacional despencou.

Durante esse período que vai de 1980 à primeira década deste século, o crescimento da mancha urbana marabaense, sobretudo, as ocupações urbanas, estiveram relacionadas com tal atividade industrial, no entanto, com a crise e a conseqüente queda da produção de ferro-gusa, esperava-se que a cidade passasse por um processo de diminuição no seu crescimento urbano e no crescimento das ocupações urbanas, e isso

provavelmente ocorreria se, ainda na década passada, não tivesse sido anunciada a instalação, nesse município, da ALPA- Aços Laminados do Pará.

Trata-se do projeto de instalação de uma usina siderúrgica da Vale S.A., que além da sua própria construção, requeria a construção de um ramal ferroviário ligando a mesma à Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a concretização de um terminal fluvial às margens do rio Tocantins, o que por sua vez demandaria a criação de uma hidrovia. Para a implantação do projeto, bem como das estruturas e equipamentos ligados a este, foram anunciados mais de 16.000 empregos diretos na fase de implantação e mais de 5.000 quando operando. Tal notícia despertou grande expectativa, tornando Marabá, novamente, um centro de atração de fluxos migratórios, o que, sem dúvida, causou efeitos na produção do espaço urbano de forma significativa (SOUZA, 2015).

Marabá passa por notórias transformações sociais após 2008, ano em que foi anunciada a instalação do empreendimento, período que Souza (2015) denomina de “pós- ALPA”. Nesse momento, e até 2010, o município recebeu 41,5% dos migrantes que chegaram à cidade na última década, o que corresponde a 21.541 pessoas, denunciando que o anúncio da instalação do projeto ALPA, bem como a expectativa gerada por ele, atraíram muitos trabalhadores para a cidade. Todos estes acontecimentos desencadearam fenômenos sociais e econômicos na cidade, atrelados, principalmente, à habitação, envolvendo vários agentes produtores do espaço urbano, bem como sob as diferentes lógicas de produção, como nos esclarece Souza (2015, p.128):

[...] o momento é de expansão dos negócios imobiliários por todo o país, em virtude da criação do PMCMV e da relação destes com o capital imobiliário. A singularidade de Marabá está no fato de que, além dos incentivos governamentais para os investimentos no mercado imobiliário, apresentou-se para a cidade a construção de um projeto que poderia potencializar os ganhos com negócios imobiliários, já que se criou na cidade a expectativa de crescimento populacional e de investimentos, a partir da possível instalação da planta industrial da ALPA. Nesse sentido, o mercado imobiliário respondeu à expectativa, através do lançamento de diversos empreendimentos a partir de 2008, contando com a aliança entre investidores capitalizados, detentores de terras e poder público [...]. Porém, o acesso à terra urbana torna-se cada vez mais regulado por um mercado de compra e venda, o que faz com que nem todos consigam acessá-lo, sobretudo aqueles que migraram para Marabá em busca das promessas advindas da possibilidade de concretização da ALPA. De tal forma, a produção do espaço urbano marabaense, no período de análise, se dará por meio de outras lógicas, que não apenas a de mercado, como através do surgimento e ampliação das ocupações urbanas.

A ALPA, ou o anúncio do empreendimento, foi o último fator significativo de atração de fluxos migratórios para Marabá, que somados a todos os fatores relacionados ao mercado imobiliário, também desencadeados pelo referido anúncio, exerceram influência relevante no surgimento de ocupações e expansão de bairros já existentes provenientes dessa mesma forma de apropriação do espaço. Nesse contexto, de significativo crescimento urbano, inclusive, por meio da lógica da necessidade, em que algumas ocupações surgiram e o crescimento de outras foi percebido (SOUZA, 2015), o bairro Nossa Senhora Aparecida, cresceu de forma vertiginosa.

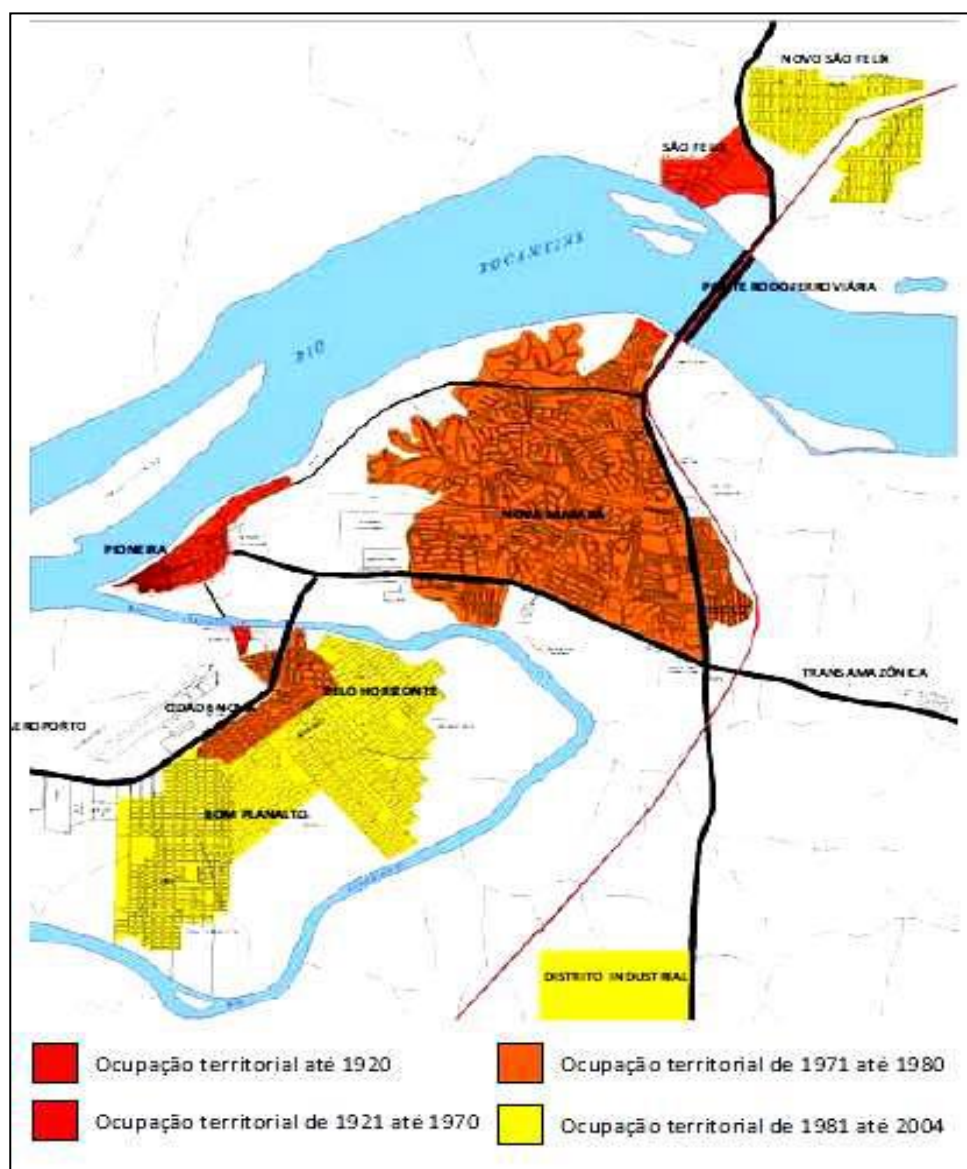
O bairro é de um período anterior a ALPA, mas, seu surgimento não é dissociado da atividade industrial e da mineração, pelo contrário, assim como várias outras ocupações, que surgiram a partir da influência da mineração e da indústria da siderurgia na região. Para termos uma compreensão da importância dessas atividades para o crescimento da mancha urbana marabaense, podemos fazer uma rápida análise comparativa do período de início das atividades minero-metalúrgicas na cidade, com o crescimento demográfico e, conseqüente, evolução da mancha urbana.

Segundo PNUMA *et al* (2010), em 1980 Marabá apresentava uma população de 59.915 habitantes, já sob influência da mineração, que naquele momento tinha como expoente máximo na região a extração de ouro em Serra Pelada, mesmo que ainda no início. O PGC é implantado no ano seguinte (1981), e em 1991 já com a produção industrial consolidada e em expansão, a população do município era de 123.668 pessoas, com total de 102.364 residentes na sede. Tourinho (1991, apud SOUZA, 2015, p. 113), associa não apenas o crescimento demográfico, como também o fato da grande maioria se direcionar a sede do município à mineração e suas atividades complementares:

[...] a baixa capacidade de geração de empregos e a alta seletividade destes, fizeram com que boa parte dos fluxos migratórios destinados a Marabá fossem absorvidos pela sede municipal. Alia-se a isto o fato de, até 1986, ser proibido o ingresso de mulheres na área do garimpo de Serra Pelada, o que levou ao estabelecimento das famílias de garimpeiros em Marabá, aumentando a demanda por lotes, serviços e equipamentos existentes naquele momento.

Em 2000, o IBGE já apontava, através do censo, uma população de mais de 168.000 habitantes. O referido crescimento populacional traduziu-se em expansão urbana, e pode ser acompanhado na figura 04:

Figura 04: Expansão urbana até 2004.



Fonte: PNUMA *et al* (2010).

Podemos observar, que uma das áreas de maior crescimento, a partir das atividades mineradoras na região, período de 1981 até 2004, foi o núcleo Cidade Nova, seguido do núcleo São Félix, além da criação do Distrito Industrial, pensado e construído, exclusivamente, para servir às atividades da mineração e demais relativas a ela. Com exceção deste último distrito citado, e que não é residencial, os demais surgiram, majoritariamente, através de ocupações, e até serem reconhecidos como “regularizados”, sobretudo, do ponto de vista da propriedade, eram assentamentos informais.

É válido esclarecer que a ressalva quanto à regularização ser no âmbito da comprovação da propriedade, se dá por conta de entender-se que uma área habitada

regularizada, portanto, urbanizada, vai além da comprovação da posse, mais que isso, possua acesso aos bens básicos para a dignidade humana e aos equipamentos urbanos de forma geral. No entanto, em Marabá, como afirma PNUMA *et al* (2010), boa parte dos bairros considerados como já consolidados não oferecem à população acesso a vários equipamentos urbanos e até serviços básicos como saúde e saneamento básico. Também é necessário ressaltar que não são todas as áreas dos bairros tidos como consolidados ou “regularizados” que os moradores detêm a comprovação documental de posse.

A figura 04 nos mostra o crescimento da área urbana até 2004, no entanto, após esse período, não apenas os núcleos Cidade Nova e São Félix foram tidos como vetores de expansão urbana, mas, como já mencionado, também o núcleo Nova Marabá, como pode ser notado na figura 05 a seguir.

Rodrigues (2015) nos mostra esse crescimento físico- territorial da cidade, ou seja, a expansão da mancha urbana, em Km², e o faz de acordo com alguns períodos vividos pela cidade, períodos estes que coincidem com o que nós e PNUMA *et al* (2010) chamamos de ciclos, e que acompanham de forma coerente, em termos de crescimento da extensão territorial urbana, os momentos de intensos fluxos migratórios e os respectivos acontecimentos históricos, geopolíticos e econômicos que os motivaram. A referida demonstração do crescimento urbano marabaense em Km², pode ser observada na tabela 01, a seguir.

Tabela 01: Expansão da mancha urbana de Marabá em m² e Km²

Períodos	Área Total em m ²	Área total em Km ²
De 1898 a 1920	630.889,31	0,63
De 1921 a 1970	1.702.861,81	1,71
De 1971 a 1980	13.307.480,42	13,31
De 1981 a 2004	9.877.361,94	9,88
De 2005 Até 2010	17.248.873,33	17,24
Total	42.767.466,81	42,77

Fonte: Rodrigues (2015).

Podemos observar que Rodrigues (2015) acrescenta um período a partir de 2005, e que na tabela vai até 2010, no entanto, de acordo com o próprio autor, este momento prossegue até 2013, e é caracterizado pelo rápido processo de expansão da mancha urbana de Marabá, desencadeado “pelo avanço acelerado de novos vetores da

urbanização (avanço de agentes econômicos, crescimento populacional), da divisão territorial do trabalho” (RODRIGUES, 2015, p. 158)

O crescimento urbano de Marabá no período supramencionado, explicitado na tabela 01 em Km², e a afirmação de Rodrigues (2015), nos fornecem informação para refletirmos a respeito dos fenômenos socioespaciais que exerceram forças sobre o espaço urbano no município nesse intervalo de tempo, e nos possibilita associá-los aos eventos já elencados, anteriormente. Observemos que o quinto período abordado por Rodrigues (2015), é o período que congrega o, anteriormente explicado, auge da siderurgia em Marabá, e, o posterior anúncio da instalação da ALPA. Ambos fatores extremamente relevantes para a produção do espaço urbano, já que foram motivos de atrações de fluxos migratórios, e no caso da ALPA, especificamente, por ter possibilitado a valorização do capital imobiliário e sua, conseqüente, reprodução espacial, através da iniciativa privada que implantou na cidade condomínios e loteamentos, sobrepondo o valor de troca da propriedade ao valor de uso, levando ao crescimento de outras formas de produção e reprodução do espaço urbano, principalmente ocupações (SOUZA, 2015).

Em síntese, os principais vetores de urbanização da divisão territorial do trabalho que atuaram de forma acelerada no espaço urbano dessa cidade nos últimos dez anos, de que fala Rodrigues (2015), são: o auge da indústria siderúrgica no município e a expectativa de implantação da ALPA, de que falam Ribeiro (2010) e Souza (2015), respectivamente.

Mesmo não tendo se concretizado, podemos compreender a ALPA como sendo pertencente ao setor industrial-mineral, portanto, concluímos que a produção do espaço urbano em Marabá nos últimos onze anos está atrelada à dinâmica industrial-mineral, assim como nas últimas décadas. Enfatizamos os últimos onze anos por ser o período que compreende a eclosão de várias ocupações, especialmente no período que consiste entre 2005 e a crise internacional, fim da década, momento em que a cidade chegou a apresentar, como supradito, até onze empresas de beneficiamento de ferro gusa.

Entre as ocupações surgidas nesse período, podemos citar a que deu origem ao bairro Nossa Senhora Aparecida. Podemos acompanhar na figura 05, de PNUMA *et al* (2010), os assentamentos informais em Marabá no início do referido período, em 2006, ano base dessa pesquisa, e a ocupação que originou o bairro Nossa Senhora Aparecida já consta no referido estudo, explicitando que naquele momento já se tratava de uma área de ocupação com certa relevância. A área em questão corresponde, na enumeração

de PNUMA *et al* (2010), ao assentamento de número 10, sendo intitulado em tal documento ainda pelo nome da fazenda, outrora, proprietária das terras, “Fazenda Bandeira”.

Figura 05: Assentamentos informais em Marabá em 2006.



Fonte: PNUMA *et al* (2010).

A ocupação na Fazenda Bandeira, na última década, tem sido uma das mais simbólicas áreas do espaço urbano marabaense construída sob a lógica da necessidade, e que, subvertendo a lógica do mercado, que no período em questão explorou tantos trabalhadores e marginalizou tantos outros, tem passado por um acelerado crescimento, sobretudo, durante o período de expectativas referentes à ALPA e após este, como já foi, inclusive, mencionado anteriormente.

A referida ocupação, transformou-se em, relativamente, pouco tempo em um bairro de tamanho considerável, o Nossa Senhora Aparecida, e no próximo capítulo, este trabalho trará uma pesquisa a respeito da realidade socioespacial do mesmo, de maneira que possa nos levar à compreensão não apenas da relevância dos assentamentos informais no processo recente de produção do espaço urbano em Marabá, mas que nos

permita entender, através da pesquisa *in loco*, como se dá a produção desse espaço e, neste, a reprodução da vida, ou seja, como vivem a cidade, como acessam os equipamentos urbanos e se possuem acesso aos serviços básicos de consumo coletivo, indispensáveis à reprodução social no espaço citadino contemporâneo.

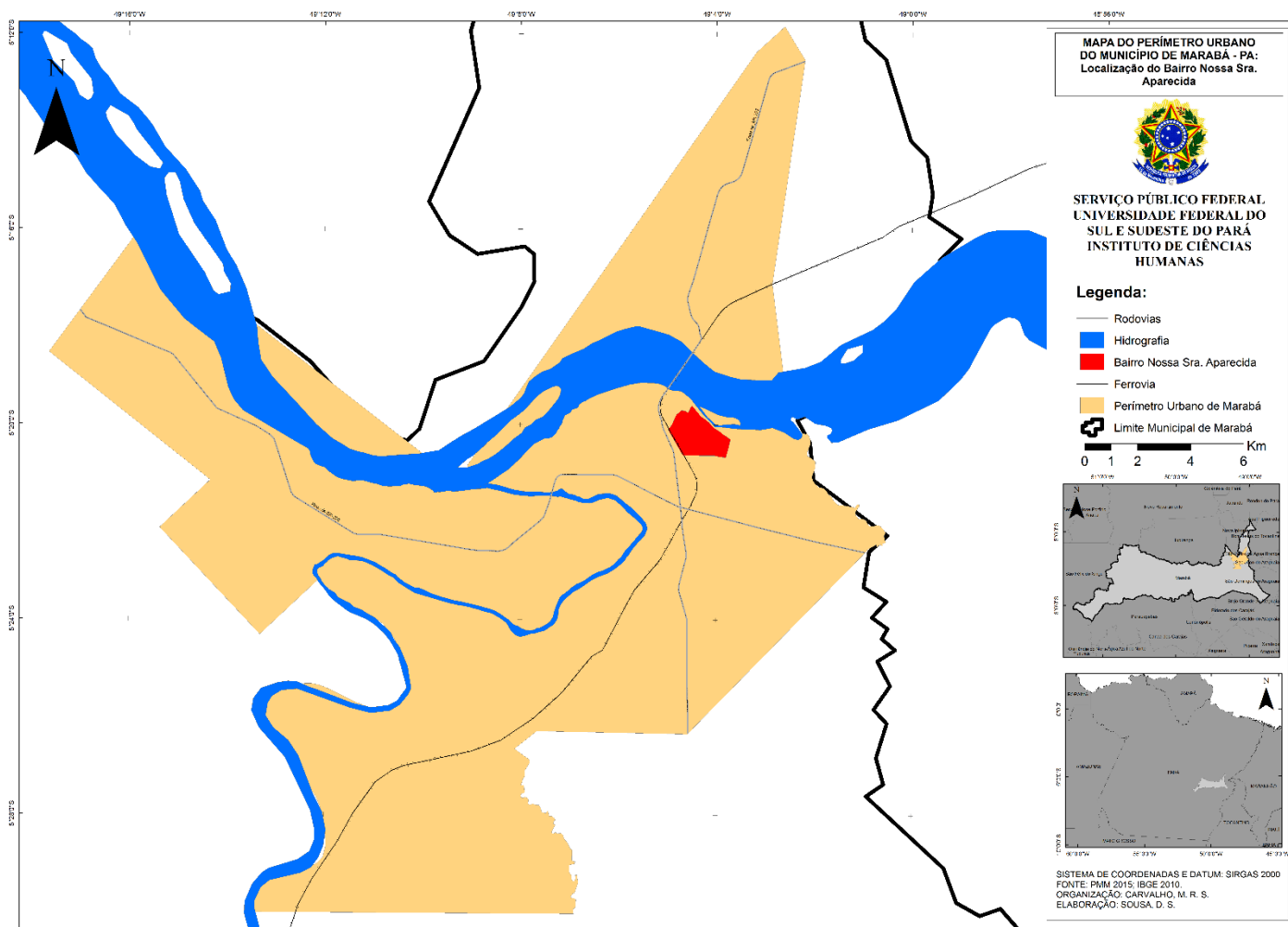
CAPÍTULO 3: O BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM MARABÁ

Como demonstrado no capítulo anterior, Marabá ao longo da sua formação histórico-territorial possui como principal lógica de produção do espaço urbano, ou, a que mais contribuiu em termos de crescimento da mancha urbana, a lógica da necessidade, que entendemos e, aqui, utilizamos para designar o espaço produzido pelo sujeito que movido pela impossibilidade de alcançar outras formas de habitar, produz seu próprio espaço (ABRAMO, 2010).

Também demonstramos que as lógicas, estatal e de mercado, estiveram presentes de forma significativa na construção da cidade, a exemplo das interferências do Estado, principalmente, no que tange à criação do núcleo Nova Marabá e, posteriormente, os bairros do PMCMV, e a mercantilização exacerbada da cidade e da terra urbana, sobretudo, na última década através da criação de diversos condomínios e loteamentos. Ambas, apesar da materialidade de suas ações em expandir a área urbana do município, tiveram, por meio de processos sociais e econômicos, como já elucidado, estreita relação com a ampla atuação da lógica da necessidade na cidade em questão, que somados a outros fatores geopolíticos e, também econômicos, influenciaram sobremaneira no surgimento, e, expansão dos assentamentos informais urbanos.

Um desses assentamentos, é o que este trabalho pretende apresentar como amostra das ocupações urbanas marabaenses, o Nossa Senhora Aparecida (MAPA 03), relacionando com o contexto histórico do espaço urbano em questão, e, principalmente, esmiuçando o que há de particular nesse bairro, sobretudo, no que se refere a forma dos moradores de viver e usufruir a cidade, de acordo com suas necessidades.

Mapa 03 - Perímetro urbano de Marabá e localização do Bairro Nossa Sr^a Aparecida



3.1. – De Fazenda Bandeira à Nossa Senhora Aparecida: apresentação e contexto histórico do bairro Coca – Cola

O núcleo Nova Marabá, pensado, *a priori*, tendo por inspiração uma árvore, apresentando como troncos e galhos suas vias principais, e as folhas, os bairros que com a expansão e surgimento das ocupações como foi, inclusive, explicado no capítulo anterior, foram sendo a cada uma atribuídas números de folhas, e assim a Nova Marabá cresceu e espalhou-se, e, através dos anos, seus bairros são conhecidos por folhas enumeradas, a exceção dos bairros que margeiam a Estrada de Ferro Carajás (EFC), são eles: o Km 06 e Km 07 (nomes que fazem referência à quilometragem da então rodovia PA 150, atualmente trecho anexado à BR 222), Alzira Mutran, e, os mais recentes, Araguaia e Nossa Senhora Aparecida, ou como ainda preferem muitos moradores, “Coca-Cola”, este último, alvo da nossa pesquisa e inquietações.

O bairro é conhecido popularmente como Coca-Cola por conta da sua localização, afinal, a ocupação ocorreu nos fundos de uma área da empresa Marabá Refrigerantes, distribuidora dos produtos *Coca-Cola Company*. Não bastando essa proximidade, a principal entrada de acesso ao bairro e na época da ocupação, a única, era ao lado do prédio da distribuidora, que fica localizado às margens da BR 222, então PA150, e era vizinho da área que pertencia à Fazenda Bandeira, alvo da ocupação, tendo por marco divisório a EFC.

Segundo a moradora Izabel¹, residente no bairro desde os primeiros meses da ocupação, e, ex-secretária da associação de moradores, *“o nome do bairro é Nossa Senhora Aparecida porque era a santa de devoção do presidente da associação, o aniversário do bairro é comemorado dia doze de outubro, esse ano vai ser comemorado onze anos. É isso. É por ele ser devoto de Nossa Senhora Aparecida, mas, sempre vai ser Coca-Cola.”* O presidente da associação ao qual a moradora se refere é o Sr. Odair, figura importante para o início da ocupação, e a associação de moradores que ela cita não é a associação de moradores do bairro, existente atualmente, trata-se da Associação dos Flagelados e Sem-Teto de Marabá e Região (AFSTMR), cuja existência precede a ocupação do bairro.

A associação, supramencionada, exerceu certo protagonismo no processo de ocupação da fazenda Bandeira, tendo a sua frente o Sr. Odair, que organizou e liderou a ocupação, utilizando da representatividade da associação, de acordo com o Sr. Antônio², um dos pioneiros do bairro, que ainda relatou: *“o Odair na época morava no INCRA, numa barraquinha velha no INCRA, com fogãozinho de barro, eu estive passando um dia lá com ele e ele disse assim ‘rapaz, eu tô querendo arrumar umas terra pra gente fazer casa porque o pessoal precisa de casa e tudo, já me bati muito e nunca consegui’, e pensar que não, ele entrou,[...] fui convidado, também, pra entrar porque eu também tinha necessidade, porque eu não tinha casa, ‘vamos arrumar terra pra fazer os barraco’ dizia o Odair, aí entramos [...] e pertencia à Bandeira, aqui era Bandeira, e certo que estava só o mato, e foi chegando gente e no outro dia também foi chegando gente, e todo mundo pegou o facão e ‘vamos entrar’, e era cortando rua e [...] eu vinha também e cortando rua, e fazendo, foi logo a principal e depois desceu no*

¹ Entrevista concedida para a realização deste trabalho, em 05 de julho de 2016.

² Entrevista concedida para a realização deste trabalho, em 15 de julho de 2016.

rumo do rio, e foi, e foi, e hoje tá na situação que tá, cada qual que tirou seu pedacinho de chão e fez uma casinha”.

O fato do aniversário do bairro ser comemorado em outubro não é apenas em homenagem à padroeira do fundador do bairro, e líder da ocupação. O primeiro ato de ocupação foi em outubro de 2005, e logo no início do mês seguinte, o Jornal Opinião noticiava a referida ocupação (FIGURA 06), com a seguinte manchete; “Sem-teto invadem Fazenda Bandeira”. A matéria mostra, ainda, entrevista com o Sr. Odair, onde ele argumenta a cidade de Marabá não ter, até aquele momento, nenhum tipo de programa ou política voltada para a população sem-teto, e, alega que a fazenda não estaria cumprindo com a função social, haja vista, não estarem desenvolvendo nenhum tipo de atividade na área. Tal alegação é confirmada pelo Sr. Antônio, quando em entrevista cedida para a realização deste trabalho, afirmou: *“Quando entramos pra cá, que isso aqui chamava Bandeira [...] aqui não tinha nada, só o mato, nós não vimos aqui um jumento se quer, era só o mato, capim, e os pau que tinha e só, mas não tinha um vivente, um bicho [...] aqui não tinha nada, não vimos nada”.*

Figura 06 - Jornal local noticiando a “invasão”.



Fonte: Arquivo CPT- Diocese de Marabá

A AFSTMR, de acordo com Izabel, foi responsável não apenas pela ocupação e convocação à mesma, mas, também pela organização e distribuição dos lotes durante as primeiras fases de estabelecimento de famílias e aquisição de terrenos. A moradora relata que a associação realizou cadastro das famílias e sorteio de lotes, e, que depois de algum tempo começou a comercializar os terrenos. Seu Antônio viveu esse momento de início da ocupação, e nos conta como ocorria essa organização: *“Eles [a associação] tinha a organização deles desde o começo, por exemplo; nós roçava uma rua e essa seria a próxima do sorteio, e aí as pessoas que estavam pago [cadastrados], já estava aqui pra receber o lote, aí marcava os lote na rua com as estaquinha, e o sorteio era só pra saber em que terreno ia ficar, por isso que até hoje tem gente lá dentro daqueles buraco, porque o sorteio foi lá, aí não tinha briga, porque o cabra olhava assim e dizia ‘rapaz, mas, meu lote é feio’, mas fazer o que?! Foi o sorteio. Porque se fosse pra tirar por conta todo mundo só queria em lugar plano, por isso era no sorteio[...]Era vinte reais o cadastro, eles diziam que esses 20 reais do cadastro era pra comprar um facão,*

comprar uma foice, organizar papel e o povo pagava, porque o povo queria os lote, não era?

Após um período com os lotes sendo adquiridos através do cadastro seguido de sorteio, a AFSTMR começou a comercializar terrenos, o que acabou por gerar conflitos entre moradores e o presidente da associação. Outros motivos, também levaram à insatisfação da população para com a AFSTMR, ou, mais precisamente com o Sr. Odair, como por exemplo cobranças realizadas por alguma benfeitoria, como foi o caso da energia, citada pelos moradores, em que a associação juntamente com os moradores conseguiram fiação e transformadores para a instalação irregular de energia, que apresentava problemas quase que diariamente, e, ainda assim a associação queria cobrar por isto (atualmente, 89% da energia do bairro é regular, os outros 11% é referente a áreas de expansão do bairro, segundo pesquisa de campo).

Após algum tempo de insatisfação, a população local reagiu, chegando ao extremo de atear fogo na associação de moradores, como nos relatou, ainda, a moradora Izabel: *“acabou o pessoal se revoltando, por causa deles cobrando por energia, cobrando por isso e por aquilo outro, e uma parte da população se revoltou e colocou fogo na associação de moradores”*. Após o ocorrido, a AFSTMR deixou de existir, posteriormente, os moradores fundaram outra associação, a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida, e o Sr. Odair, algum tempo depois, foi assassinado, os responsáveis não foram identificados e o crime não foi esclarecido, mas, segundo os moradores, provavelmente o crime é fruto de algum conflito envolvendo as cobranças abusivas e/ou compra e venda de terrenos do bairro.

Após mais de dez anos de existência, o Bairro Nossa Senhora Aparecida já vivenciou momentos que resultaram em melhorias infraestruturais, mas ainda há muito a ser melhorado nesse aspecto, como será mostrado adiante. Com relação à regularização fundiária e a titulação dos imóveis, os avanços são ainda mais irrisórios, a considerar o fato do bairro ainda não ser regularizado e os moradores não possuírem a titulação dos imóveis. Apesar da fazenda já ter sido desapropriada pelo Estado (através da Superintendência de Desenvolvimento Urbano do município), o poder público não efetua a regularização do bairro porque a área ainda não está completamente “paga”, como afirmam os moradores, ou, em outros termos, os antigos donos da fazenda Bandeira ainda não foram completamente indenizados, como afirma a professora

Jeania³, fundadora e ex-presidente da FECOM (Federação das entidades Comunitárias de Marabá, organização que congrega as demais associações de bairros da cidade), o poder público, na instância estadual indenizou os proprietários das terras com um valor referente a uma parte da propriedade, o Sr Antônio nos conta sobre as informações que correm no bairro a esse respeito, e o que os moradores sabem é que apenas uma parte da fazenda foi “paga”.

De acordo, ainda, com a professora Jeania, o processo a respeito da terra ainda tramita, no entanto, nunca resultou em reintegração de posse, de fato, ou em nenhuma ação oriunda desse processo que pudesse colocar os moradores em situação de despejo, como relata Izabel: *“não teve muita resistência, porque das reintegrações que falaram que ia ter, nunca teve nenhuma, eram só comentários, boatos”*. O depoimento do Sr. Antônio a respeito, também explicita que o processo nunca resultou em ação no sentido de desabrigar os moradores, pois quando perguntado se houve alguma resistência, ele respondeu: *“Não, do meu conhecimento, não. Eu nunca vi alguém chegar e dizer ‘vamos botar pra fora’. Nem os dono eu nunca vi dizer ‘vamos botar pra fora’, isso aí até hoje eu não vi falar. Eu vi falar assim, que eles querem indenização da área...”*.

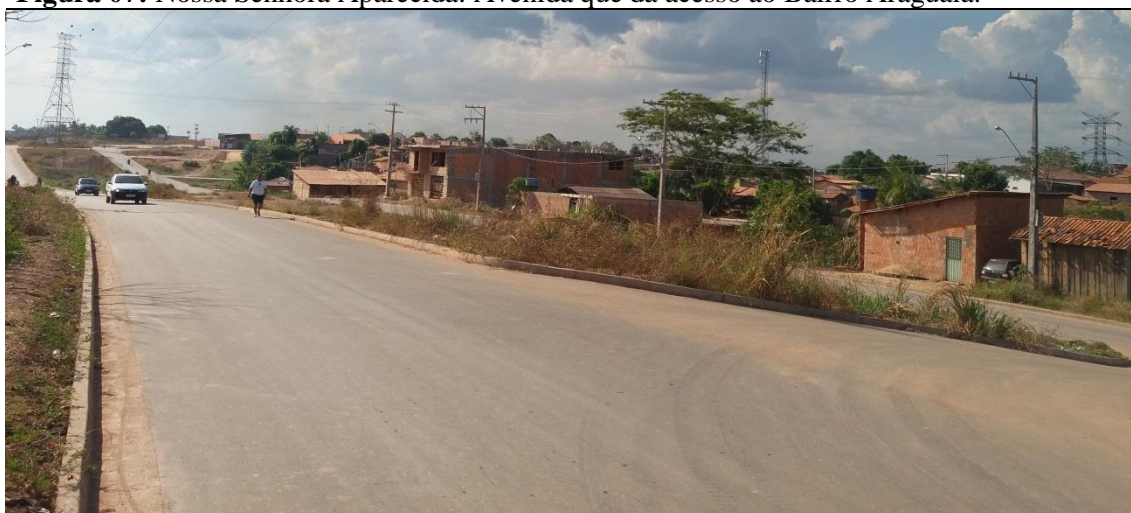
3.2 – O Bairro Nossa Senhora Aparecida e sua relação com a cidade

Como afirmado anteriormente, o bairro melhorou em termos de infraestrutura, principalmente se comparado aos primeiros anos da ocupação. Uma das conquistas mais notáveis é a pavimentação das avenidas principais e algumas outras ruas. Tal conquista não ocorreu rapidamente, e é fruto de lutas e diálogos da comunidade. Por serem vizinhos da EFC e sofrer os impactos dessa proximidade, os moradores sempre cobraram da empresa algum posicionamento no sentido de minimizar os problemas da comunidade, principalmente, problemas relacionados a EFC, como é o caso do recorrente problema das rachaduras nas casas dos bairros próximos à ferrovia ocasionadas pela trepidação que ocorre com o passar do trem, e, no contexto histórico do bairro, outro problema que em certo momento foi recorrente, foram os acidentes e atropelamentos na linha férrea, pois, a única forma de acessar o bairro era cruzando a estrada de ferro, que no momento, além de ter de ser atravessada ainda não tinha sinalização alguma.

³ Entrevista concedida para a realização deste trabalho, em 20 de julho de 2016.

Segundo a moradora Izabel, foram realizados inúmeros protestos, reivindicando melhorias, sobretudo, visando a criação de um viaduto de acesso seguro ao bairro, como podemos acompanhar no relato: *“aquele túnel era pra ter saído há muito tempo, mas muito tempo mesmo, e a gente correndo atrás de reunião [com a VALE], foi quando aconteceu várias mortes no trilho por atropelamento de trem [...] a gente pressionou, pressionou, fazia protesto, a gente fechava o trilho, ia pra cima do trilho e ficava lá...”*. O Sr. Antônio também confirma os acontecimentos: *“aqui, acolá as pessoas faziam aquelas greves que faz, né, interrompiam o trem, as vezes o pessoal fazia, porque a situação aqui não era fácil, você pode ver que acolá em cima é uma poeira terrível, uns diz que foi a prefeitura, outros que foi a VALE, aqui só tá [com asfalto] essas ruas [que dão acesso ao bairro Araguaia e à rodovia Transamazônica] e a rua principal. ”*

Figura 07: Nossa Senhora Aparecida: Avenida que dá acesso ao Bairro Araguaia.



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016)

Tanto a Prefeitura Municipal de Marabá (PMM) quanto a VALE, tiveram participação na pavimentação asfáltica que ocorreu. Izabel afirma que a verba foi proveniente da VALE e que os recursos humanos e maquinário foram disponibilizados pela PMM. A FECOM participou ativamente do processo de diálogo com a mineradora, que após inúmeros protestos iniciou uma série de reuniões com as representações dos bairros que margeiam a EFC. A professora Jeania, então presidente da FECOM, nos relatou como ocorreu o processo para a concretização da pavimentação asfáltica que o Nossa Senhora Aparecida, e o vizinho bairro Araguaia, possuem, além da criação do viaduto de acesso.

Segundo ela, após muito “brigar” com a VALE, para que fossem atendidas as reivindicações (que incluíam praça, escola infantil, posto de saúde, entre outros), os bairros conseguiram recurso suficiente para a construção de uma praça e uma escola infantil, e após conseguido o recurso, as lideranças foram procuradas pela prefeitura, como nos conta Jeania: *“Quando o João Salame [Prefeito de Marabá] entrou [nas negociações], ele me chamou e chamou as comunidades e disse ‘olha nós temos recurso federal pro núcleo de educação infantil e nós temos recurso federal pra praça, o que vocês acham da gente transformar esse recurso da VALE que vocês já tem pra construir a creche e construir a praça em asfalto?’”*

É indispensável citar que a principal promessa de campanha da atual administração da prefeitura (2013- 2016), foram 500 quilômetros de asfalto na cidade, e muito claramente o prefeito viu no recurso conseguido pelos bairros uma oportunidade para aproximar-se de sua meta estabelecida em campanha. As lideranças reuniram os moradores e os consultaram, que convivendo com a insalubridade do excesso de poeira, concordaram, já que o Prefeito se comprometeu a construir para atender as comunidades, um NEI (Núcleo de educação infantil) e uma praça com recursos advindos do governo Federal.

Ambos os bairros possuem NEI, no entanto, ainda não foi feita nenhuma praça em nenhum dos bairros, nem mesmo no Km 07 que é mais antigo. O NEI do bairro Nossa Senhora ainda funciona em uma construção de madeira (figura 08).

Figura 08 - Núcleo de Educação Infantil Prof^o José de Souza Andrade Filho.



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

A pavimentação asfáltica realizada pela prefeitura, proveniente do processo supracitado não corresponde ao todo, pois, uma parte do asfalto tem relação com a construção de outro viaduto, este, na entrada do bairro Araguaia, o que vai possibilitar o melhor acesso aos bairros sem a necessidade de cruzar a linha férrea. A VALE construiria o viaduto, mas, em outra localidade, onde fariam um acesso que ligasse a Rodovia BR 222 direto com bairro Araguaia, e, para isso, comprariam um terreno.

A FECOM contactou a VALE, munida de um ofício e abaixo assinado dos moradores dos bairros e propôs que a empresa fizesse o viaduto de forma que também atendesse o Nossa Senhora Aparecida, e, como despenderiam bem menos recursos financeiros, pois, não haveria a necessidade de comprar terreno, que eles disponibilizassem mais recursos para a ampliação da pavimentação, e, assim foi feito, beneficiando os moradores dos dois bairros, tanto através do asfalto, como com o viaduto, que está em fase de construção, e, é relativamente próximo ao Nossa Senhora Aparecida. Ainda de acordo com a professora Jeania, que nos explica quando perguntada se nesse processo houve influência da prefeitura: *“tem nada a ver com*

prefeitura, aumentou a quantidade de asfalto pra prefeitura fazer, devido o viaduto que diminuiu o gasto da empresa e a VALE concordou em ampliar o pedido do prefeito [asfalto] , mas se nós não tivesse tirado o viaduto de lá não ia ter mais asfalto, nem pro Araguaia e nem pra Coca-Cola, então essa questão de asfalto, essas coisas, tudo foi diálogo nosso de muitos anos, ninguém arranca milhões da VALE do dia pra noite.”

Como já explicado, inclusive, na fala do Sr. Antônio, o asfalto no bairro Nossa Senhora Aparecida restringe-se a avenida principal (figura 09), a avenida que dá acesso ao Araguaia, e algumas outras poucas ruas.

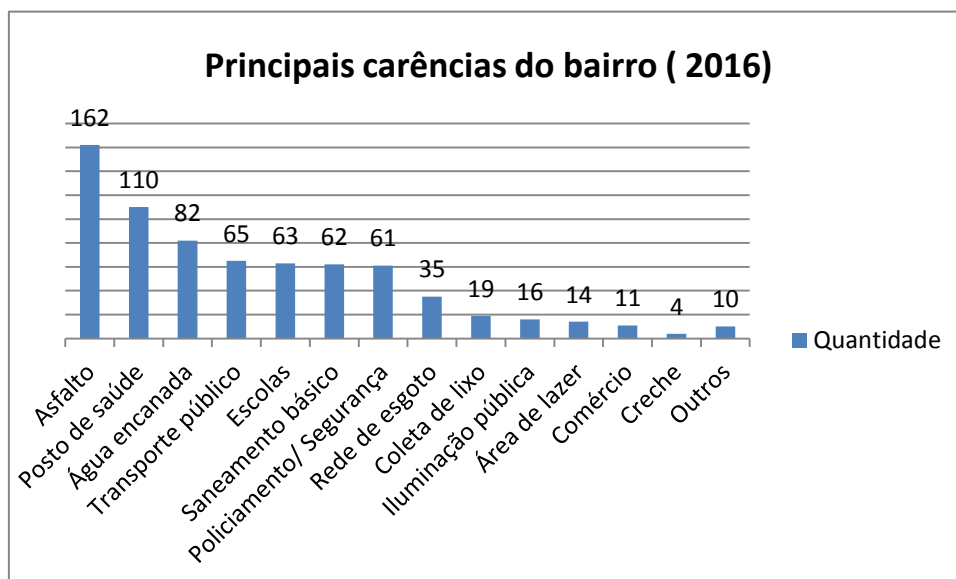
Figura 09 – Avenida Principal.



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016)

Comprovamos que a pavimentação no bairro é insuficiente, quando, em nossas pesquisas, perguntamos aos moradores “quais as principais carências do bairro? ” E a necessidade mais citada foi o dito asfalto. Nessa pergunta, alguns moradores se continham em falar apenas uma ou duas necessidades, mas, a grande maioria elencava algumas ou até várias, e como não poderíamos de forma alguma limitar a expressão do morador frente a oportunidade de externar suas necessidades, mensuraremos as principais carências do bairro explicitando a quantidade de vezes em que determinada necessidade foi citada, como podemos observar no gráfico 01.

Gráfico 01 - Principais carências do bairro Nossa Senhora Aparecida (2016)



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago.2016.

Perceba que Asfalto aparece 52 vezes a mais que Posto de Saúde e 80 vezes a mais que Abastecimento de Água, o segundo e terceiro lugar no gráfico, respectivamente, pois, mesmo sendo de suma importância que essas carências sejam sanadas, o acesso aos Postos de Saúde podem ser feitos em outros bairros, como será mostrado adiante, e o Abastecimento de Água, mesmo que com dificuldade e água de baixa qualidade, pode, e, é feito através de poços, no entanto, a poeira em excesso e os males causados por ela, fazem com que boa parte da população tenha por prioridade a pavimentação, ao invés de outros serviços ou equipamentos.

A lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, em seu artigo 2º e inciso III, estabelece como princípios fundamentais do mesmo; abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos de forma adequada à saúde da população e ao meio ambiente. Mesmo tendo ciência de que o saneamento básico compreende todos esses serviços supracitados, realizamos nossa pesquisa considerando-os separadamente, haja vista, que na cidade pouquíssimas áreas são contempladas por um saneamento básico satisfatório que abranja todos os serviços propostos em lei, e que na “pesquisa de insatisfação”, mostrada no gráfico anterior, onde os moradores apontaram as principais carências do bairro, tanto os itens foram citados individualmente, como um número considerável apontou para o saneamento básico como um todo, entendido aqui, como o saneamento proposto em lei.

A pavimentação no bairro não é acompanhada de esgotamento sanitário, em algumas ruas em que há asfalto foram, inclusive, colocadas tubos e manilhas para a rede de esgoto, mas, nunca foi efetivada, e o esgoto, mesmo nas ruas asfaltadas, corre a céu aberto, como pode ser observado, na figura 10.

Figura 10 – Esgoto a céu aberto em rua pavimentada com cano despejando dejetos.

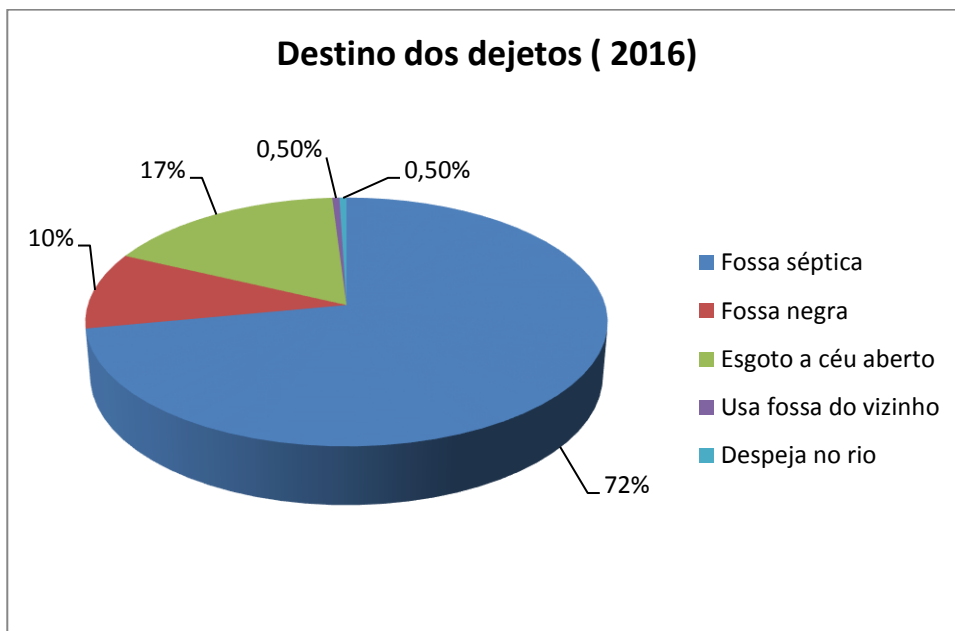


Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016)

Constatado que o bairro não possui esgotamento sanitário, perguntamos aos moradores qual o destino dos dejetos, e 27% vai para esgotos a céu aberto ou fossas negras. Ressaltando que a diferença entre fossa negra e fossa séptica consiste em a séptica apresentar um reservatório, na maioria das vezes, construído de tijolos, onde os dejetos são despejados, sendo removidos em caso de enchimento, por empresas especializadas e devendo ser novamente despejados em local apropriado conforme a legislação vigente. As ditas fossas negras são apenas buracos escavados no chão, na grande maioria das residências onde esse tipo é utilizado, não há tubulação ou

encanamento, o banheiro é sobre a fossa, onde os dejetos são despejados em contato direto com o solo, o que oferece alto risco de contaminação das águas subterrâneas, utilizada pelos moradores através dos poços.

Gráfico 02 – Destino dos dejetos (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

Fonte: Pesquisa de Campo, jul/ago.2016.

Quanto aos 10% que despejam em esgoto a céu aberto, há casos em que os dejetos são despejados em grotas ou córregos, em terrenos baldios, e a maioria na rua mesmo, como o mostrado na figura 10, ou este apresentado na figura 11, onde é possível perceber o contraste da comunidade sem o básico de saneamento, com a ponte rodoferroviária e a EFC ao fundo.

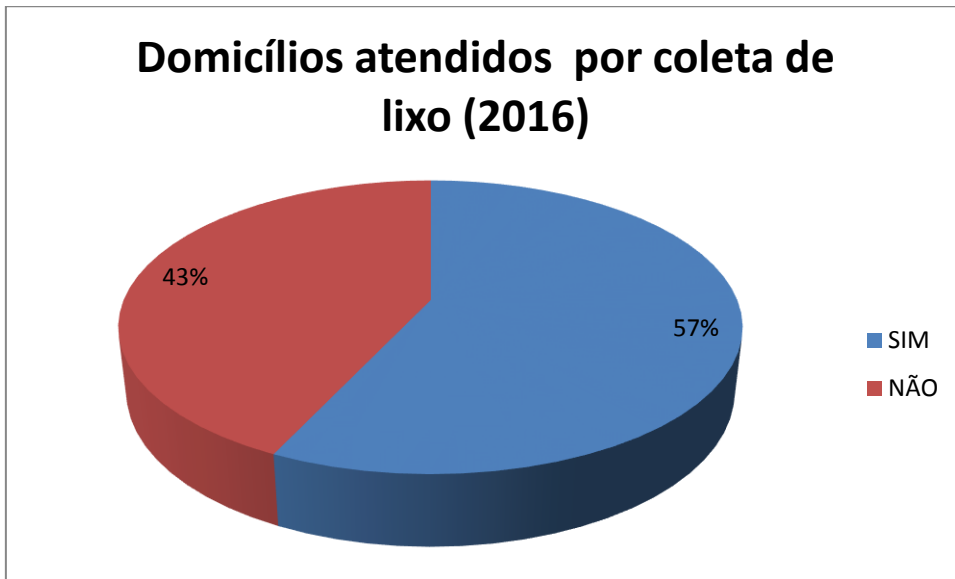
Figura 11 – Esgoto a céu aberto.



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016)

Outro aspecto importante do saneamento básico que foi verificado é a coleta de lixo, onde 43% dos domicílios não são atendidos, como pode ser observado no gráfico 03 a seguir.

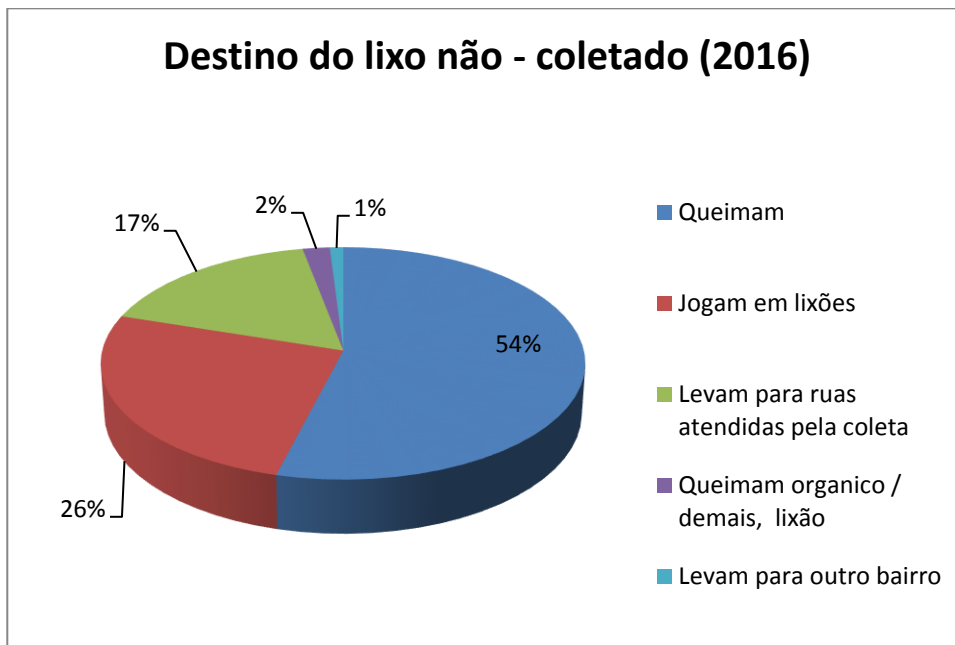
Gráfico 03 – Domicílios atendidos por coleta de lixo (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago.2016.

Como 43% das residencias do bairro não são atendidas por coleta de lixo, o morador é levado a procurar uma outra destinação para os resíduos sólidos produzidos na casa, onde, na maioria desses domicílios (54%), os moradores declararam queimá-los.

Gráfico 04 – Destino do lixo não - coletado (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).
Fonte: Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Também é preocupante a quantidade de domicílios (26%) que despejam os resíduos sólidos em lixões, como acompanhamos no gráfico 04. A figura 12 nos mostra, um dos diversos locais do bairro onde a população costuma jogar lixo, os ditos lixões. Reparem na fotografia; próximo ao lixão, jovens se divertem jogando futebol, pois ali é um dos “campinhos” do bairro, onde, diariamente, nos fins de tarde, se reúnem. Este é o espaço de lazer dos jovens, envolvidos pela poeira, próximos ao lixão.

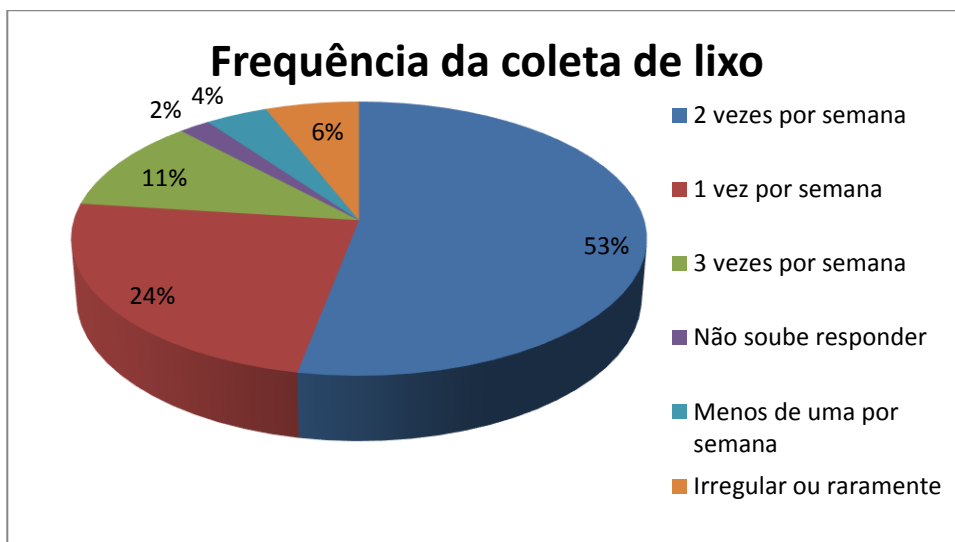
Figura 12 –Acumulação de lixo numa área não atendida pela coleta.



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016)

Mesmo nos domicílios de ruas onde acontece a coleta de lixo (57%), o atendimento não é realizado com a mesma frequência em todas, como pode ser observado no gráfico 04, onde aparece, inclusive, domicílios que são atendidos menos de uma vez por semana e outros que são “raramente atendidos”, sendo levados a destinar o lixo das mesmas formas com que a população que não é atendida.

Gráfico 05 – Frequência da coleta de lixo (2016).

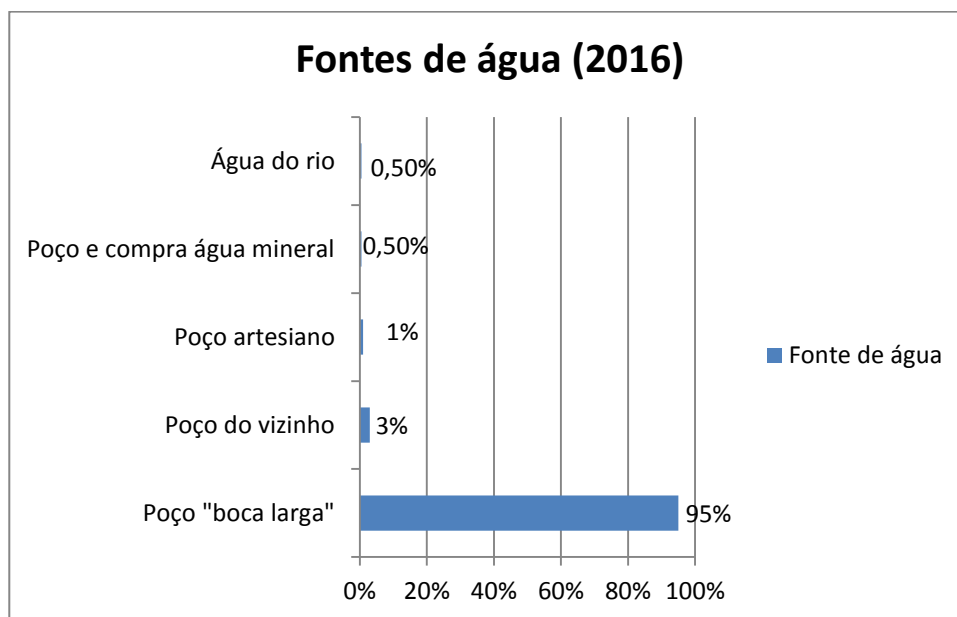


Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

Fonte: Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

A demonstração mais latente de que o bairro não possui o mínimo de saneamento básico necessário, é a inexistência de abastecimento de água tratada. Como pode ser observado no gráfico 01, o abastecimento de água está entre as carências do bairro mais citadas pelos moradores. A grande maioria das residências possuem por fonte de água poços não-artesianos, os ditos “boca larga”, perfurados sem muita tecnologia e sem a profundidade necessária para alcançar lençóis freáticos imunes a influência de esgotos e fossas, principalmente, fossas negras. (Gráfico 06).

Gráfico 06 –Fontes de água (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

O Sr. Antônio nos fala da dificuldade dos moradores de viver sem abastecimento de água: *“nós aqui somos cheio de problema com água, principalmente as pessoas que mora no alto, tem poço aí que está com 25 metros e não tem água, porque o poço seca [no período da estiagem], o meu está com 14 metros, e só vive baixando a água [...] aqui nunca teve água de COSANPA, nunca teve nada, por aqui nós vive batalhando com essas água mesmo [de poço]”*.

O mais contraditório, é que a COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará), citada pelo seu Antônio, é “vizinha” do bairro, o bairro marabaense mais próximo da estação de tratamento de água da COSANPA é o Nossa Senhora Aparecida, pois, a mesma se localiza entre o bairro e a margem esquerda do rio Tocantins.

Seu Antônio fala da ausência de abastecimento de água, mesmo o bairro sendo “vizinho” da COSANPA e mesmo já tendo quase onze anos, fala das dificuldades que, como morador do bairro, já teve de enfrentar e ainda enfrenta, e nos conta porque “veio morar aqui”, disse que por não ter casa, e não ter mais condições de pagar aluguel.

A motivação do seu Antônio para residir no bairro é a mesma de muitos outros moradores, pois, quando perguntados qual o motivo de terem ido morar no bairro, quase metade respondeu que “para sair do aluguel”, ou, “para ter casa própria”, como podemos ver no gráfico 07.

Dos 286 domicílios visitados, 142 (49,65%) afirmaram terem ido residir no bairro Nossa Senhora Aparecida pela oportunidade de ter casa própria e/ou deixar de

pagar aluguel, 100 famílias a mais que as que responderam ter ido morar lá por terem vindo para Marabá em busca de melhores condições de vida (14,68%), segunda resposta mais recorrente. Esses mais de 14%, são moradores oriundos de outros municípios ou da zona rural de Marabá, que vieram para a cidade em busca de empregos, melhoria na renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida, e não encontrando em Marabá condições de adquirir terreno ou casa no mercado formal, “optam” pelos assentamentos informais, por serem mais baratos.

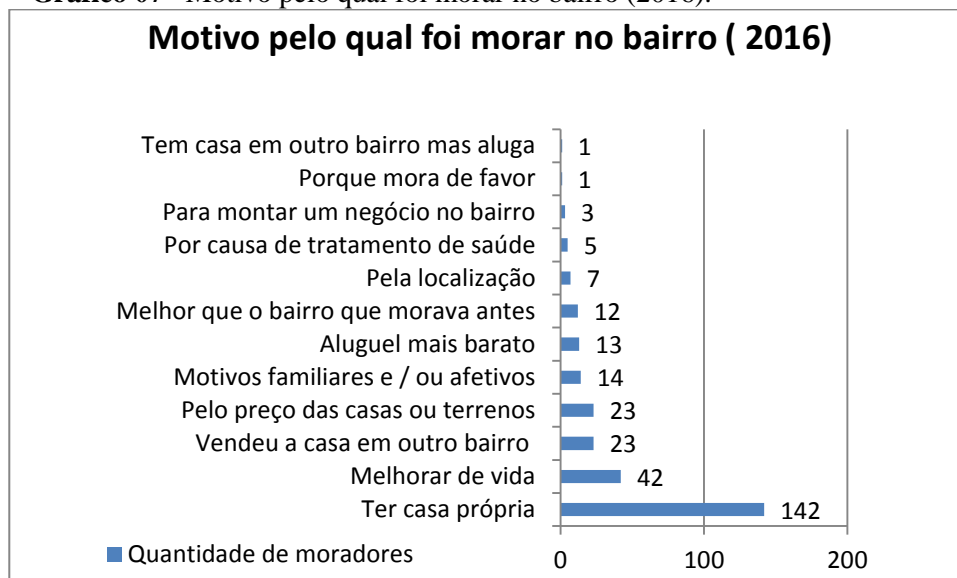
Essa motivação (terrenos e/ou casas mais baratos que em outros bairros), aparece como a terceira resposta mais recorrente, tendo sido dita em 23 casas (8,04%), empatado com as famílias que tinham casa em outros bairros, mas, que viram na supervalorização imobiliária uma oportunidade para vender a casa e adquirir outra na “Coca-Cola”, justamente por serem mais baratos os terrenos ou casas, possibilitando ao morador faturar algum dinheiro com essa mudança. Em seguida, aparecem os moradores que citaram (14 vezes, 4,89%) motivos familiares e/ou afetivos para irem morar no bairro, oriundos tanto de outros bairros da cidade, quanto de outros municípios e zona rural, alegando estarem residindo no Nossa Senhora Aparecida por conta de familiares que já residiam, por serem idosos e com a mudança passaram a ficar mais próximos dos filhos e/ou netos, porque casou e a família do cônjuge já residia no bairro, entre outros.

Treze domicílios (4,54%) afirmaram morar de aluguel, e que residem no bairro por este ser mais barato que em outros bairros da cidade. Doze (4,19%), atribuíram morar no bairro por conta de qualidades ou vantagens frente aos bairros em que residiam anteriormente (6 porque o bairro anterior alagava, 1 porque onde morava também era ocupação, teve reintegração de posse e foi expulso, 4 porque o antigo bairro era muito violento e “aqui é mais tranquilo”, e 1 porque “aqui” conseguiu um terreno em que ele consegue plantar e no antigo endereço não conseguia).

Sete (2,44%), pela localização do bairro, por ser (mais) perto do trabalho ou por algum(s) equipamento(s) urbano(s) de que necessite com frequência. Cinco (1,74%), por conta de tratamento de saúde, provenientes de outros municípios ou zona rural de Marabá, que vieram para a cidade em busca de serviços relacionados à saúde, e só tiveram condições de se estabelecer em um assentamento informal. Três (1,48%) mudaram-se para o Nossa Senhora Aparecida com o intuito de montar no bairro o próprio negócio. Um, reside no bairro porque mora de favor, a casa que mora é cedida, e um outro mora no bairro por ter além da casa no bairro, uma outra em outra área da cidade, e como no bairro aluguel é mais barato, essa família prefere morar na “Coca-

Cola” e alugar a outra casa, aumentando assim o complemento da renda. Estes dois últimos juntos somam menos de 1%.

Gráfico 07 –Motivo pelo qual foi morar no bairro (2016).

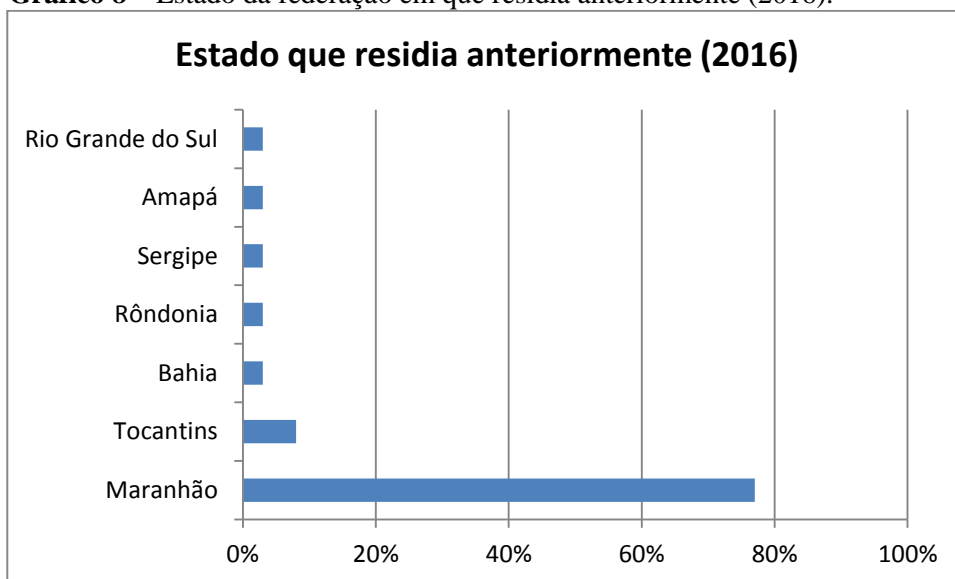


Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Foi observado, que muitos moradores residiam, anteriormente, em outros municípios e ao chegar a Marabá encontraram no bairro Nossa Senhora Aparecida, a possibilidade de se estabelecerem (24%), enquanto muitos outros, a maioria (76%), já residiam em Marabá, e por conta de diversos processos, sobretudo, relacionados à especulação imobiliária e a mercantilização da cidade (SOUZA, 2015), foram “empurrados” para assentamentos informais como este, pois, apenas 11% dos moradores que já residiam em Marabá, vieram da zona rural do município, e 89% de outros bairros da zona urbana de Marabá, inclusive, de outras ocupações. Do total de outros municípios em que os moradores residiam anteriormente, 54% são municípios paraenses, e os demais (46%), municípios de outros estados da federação.

Dos moradores que residiam anteriormente em outros estados, a maioria morava no Maranhão (mais de 77%), mas, aparecem ainda na pesquisa; Tocantins (8%), Sergipe, Bahia, Amapá, Rondônia e Rio Grande do Sul, cada um com cerca de 3%, conforme mostra o gráfico 10.

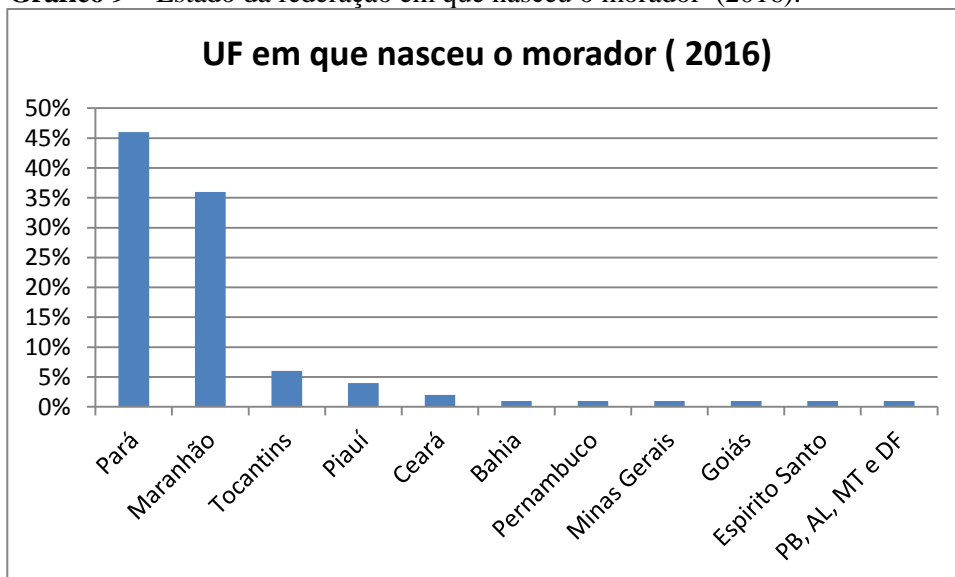
Gráfico 8 – Estado da federação em que residia anteriormente (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Em nossa pesquisa, além do local de moradia anterior, foi perguntado aos moradores onde nasceram, o local de origem dos moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida (GRÁFICO 09).

Gráfico 9 – Estado da federação em que nasceu o morador (2016).

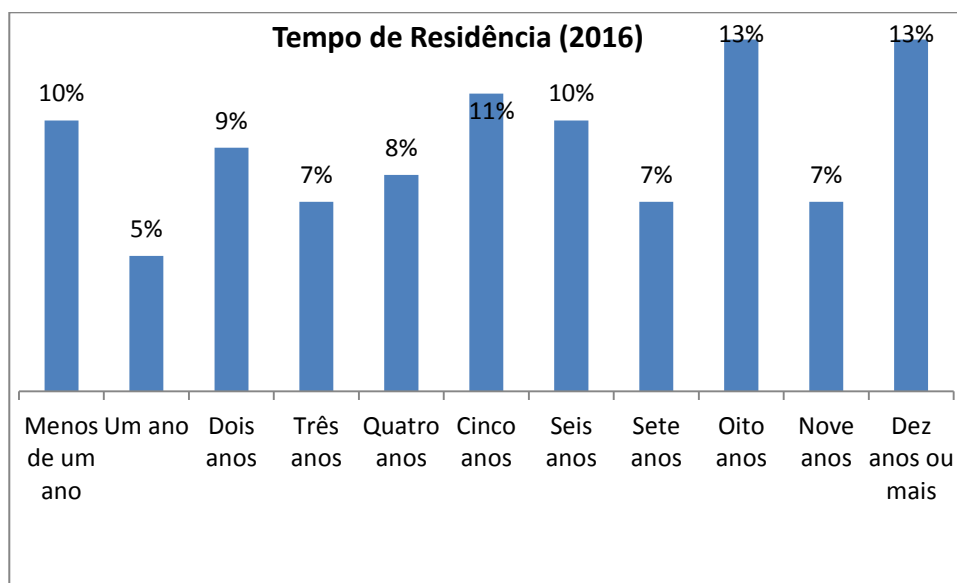


Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Os gráficos e informações anteriores, sobre a origem dos moradores e de onde residiam antes de morar no bairro Nossa Senhora Aparecida, só fortalecem o que já foi dito referente aos fluxos migratórios para a região, e, mais especificamente para Marabá. Outra informação que pode nos dizer muito a respeito de tais fluxos e os respectivos

momentos econômicos que os impulsionaram, bem como outros fenômenos já dissertados neste trabalho, atrelados à economia, é o tempo em que esses moradores residem no bairro. De acordo com a pesquisa, e conforme demonstrado no gráfico 10, houveram dois momentos na história do bairro em que mais pessoas chegaram para ali se estabelecer.

Gráfico 10 – Tempo de residência no bairro (2016).



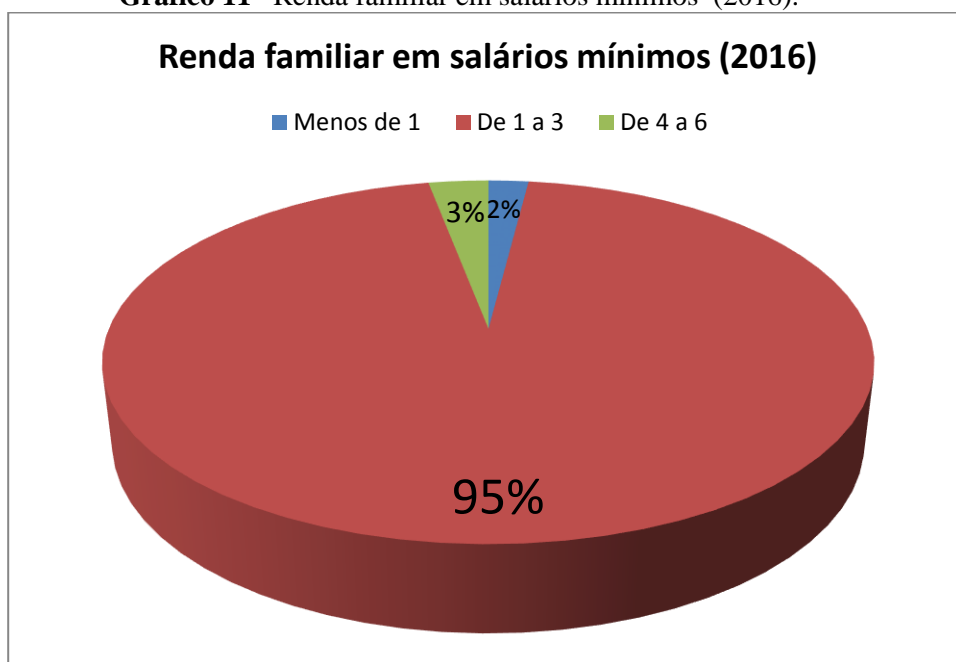
Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Os dois momentos em que o bairro mais recebeu pessoas são há 8 e 10 anos ou mais, exatamente os momentos em que Marabá passava pelo auge da indústria siderúrgica, e após o anúncio da ALPA, respectivamente. O primeiro momento, de surgimento e consolidação da ocupação (2005/2006), sob influência da promessa de empregos diretos e indiretos na indústria siderúrgica e demais atividades de serviços e comércio, aquecidos por tal atividade industrial. O segundo momento (2008/2009), ocasionado pelo anúncio do empreendimento ALPA, que como já exposto, provocou alteração em todo o mercado de imóveis, elevando o preço da terra urbana e da moradia (SOUZA, 2015), fazendo com que muitos habitantes da cidade e outros advindos de vários lugares, atraídos pela promessa de emprego, fossem residir nos assentamentos informais urbanos, causando um inchaço nesses espaços, como ocorreu com o Nossa Senhora Aparecida.

O motivo desses trabalhadores não conseguirem acessar outras formas de habitar, ou mesmo deixar de utilizar outra forma de habitar, é a baixa capacidade de

solvência, ou seja, de pagar pela moradia (ABRAMO, 2010), haja vista que para acessar o mercado formal de terra urbana, é necessário uma remuneração que só é alcançada, em sua maioria, por pessoas que exercem atividades atreladas a um grau de escolaridade mais alto, e aí podemos fazer uma associação do grau de escolaridade dos habitantes do bairro, com a faixa salarial desses moradores e a consequente (in)capacidade de pagar pela moradia no mercado formal de terras. Os gráficos a seguir nos trarão informações a esse respeito.

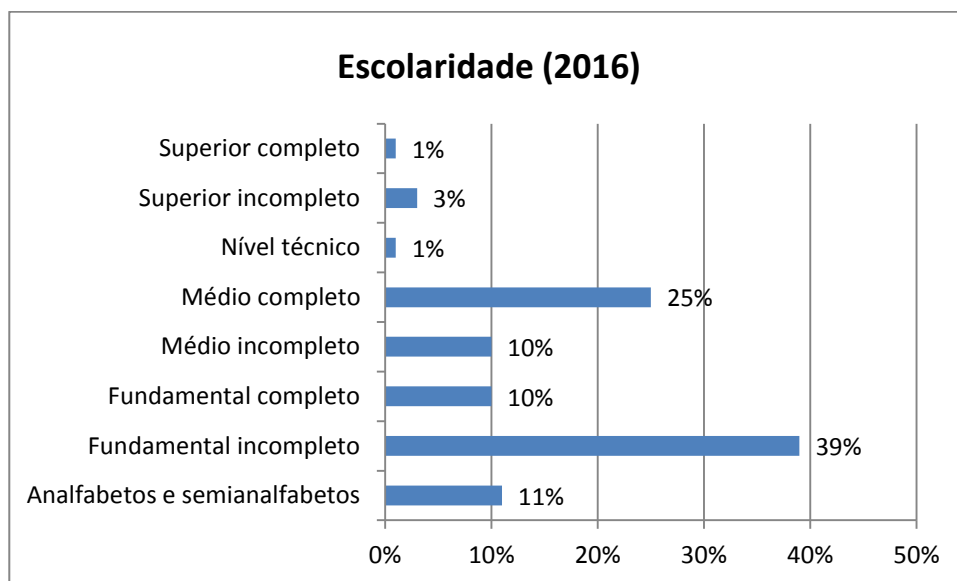
Gráfico 11 –Renda familiar em salários mínimos (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

De acordo com a pesquisa, 95% dos domicílios possuem como renda da casa, entre um e três salários mínimos, 3% de 4 a 6 salários mínimos, e 2 % menos de um salário mínimo. Vejamos o que nos diz o gráfico 12 a respeito do grau de escolaridade dos moradores.

Gráfico 12 – Escolaridade (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

É possível observar que 70% dos moradores não possuem o ensino médio completo, nível de escolaridade exigido para exercer a grande maioria das funções no comércio e setor de serviços, sendo que desse total, apenas 10% possuem o ensino fundamental completo, nível de escolaridade exigido para as funções que pagam os menores salários no mercado de trabalho formal. É válido ressaltar que mesmo tendo cursado o ensino fundamental ou até médio completo, isso não é garantia de emprego, haja vista a exigência do mercado de trabalho e o cenário de crise econômica que se instalou no país e na região. Sendo assim, muitos moradores recorrem ao mercado de trabalho informal, com remuneração geralmente baixa e desprovido de direitos trabalhistas.

Para alcançar ao menos o nível fundamental de ensino, os moradores necessitam sair do bairro, pois neste só há escolas que atendem até o 5º ano. No bairro vizinho, o Araguaia, há uma escola que atende do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no entanto, a quantidade de alunos que a mesma pode atender não é o suficiente nem para a demanda do próprio bairro. Outra escola localizada no bairro Araguaia atende a comunidade do Nossa Senhora Aparecida, mas, apenas nos anos iniciais, até o 5º ano, isso porque além da proximidade, a escola ainda tem uma história e relação de pertencimento com o Nossa Senhora Aparecida.

A “história” em questão é um tanto quanto inusitada, e, até relativamente pouco tempo, era um dos mais emblemáticos símbolos de pobreza e descaso do poder público para com o bairro e com a educação. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor José Flávio Alves de Lima, era, até pouco tempo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia Costa Bichara. O nome foi mudado por conta da Lei Federal 6.454 de 24 de outubro de 1977, que proíbe o nome de pessoas vivas em bens públicos, embasado nesta, o Ministério Público solicitou que a Prefeitura de Marabá mudasse os nomes de todas as escolas que homenageassem pessoas ainda vivas, o que era o caso da escola Maria Lúcia Costa Bichara. Tendo explicado isso, retomamos à compreensão da importância da Escola para o bairro Nossa Senhora Aparecida.

Pouco tempo após a ocupação da fazenda e início da formação do bairro, notou-se a necessidade de uma escola, principalmente, para atender as crianças menores, já que para chegar a qualquer escola, naquele momento, era necessário atravessar a EFC e a Rodovia PA 150 (hoje, BR 222), haja vista que ainda não existia o Bairro Araguaia, e ambas travessias eram um tanto quanto perigosas, principalmente para crianças. Na ocasião, um grupo de pessoas, incluindo professores, resolveram lecionar para as crianças no próprio bairro, no entanto, não havia um espaço físico suficiente para atender a quantidade de crianças, e a solução foi reaproveitar a velha estrutura do antigo curral da Fazenda Bandeira. Professores e alunos passaram a fazer de um curral, ambiente escolar, e tudo que foi feito pela prefeitura naquele momento, foi disponibilizar a transferência de professores que moravam no Nossa Senhora Aparecida e trabalhavam em outros bairros, para que passassem a trabalhar oficialmente, enquanto servidores do município, e atendendo as crianças do bairro (a escola chegou a atender 800 crianças), num curral. (figura 13).

Figura 13 – Alunos na “escola curral” em 2010.



Fonte: CARVALHO,2013 (apud SOUZA, 2015)

Quem confirma o que foi dissertado anteriormente, e nos conta mais detalhes sobre a “escola curral”, é novamente a moradora Izabel, que, inclusive, trabalhou lá por um tempo: “A escola era no antigo curral da fazenda, era a estrutura do curral, teto de zinco e parede de madeirite. A tarde pegavam uma mangueira e jogavam água no teto de zinco pra ver se as crianças ficavam lá dentro [...]A escola hoje é entre a Fanta [bairro Araguaia] e a Coca”.

Após anos funcionando no curral, o poder público Municipal construiu um prédio que atende as necessidades de uma escola (Figura 14), e o Maria Lúcia Costa Bichara foi transferido para as novas instalações, sendo depois renomeado, pelo motivo explicado anteriormente.

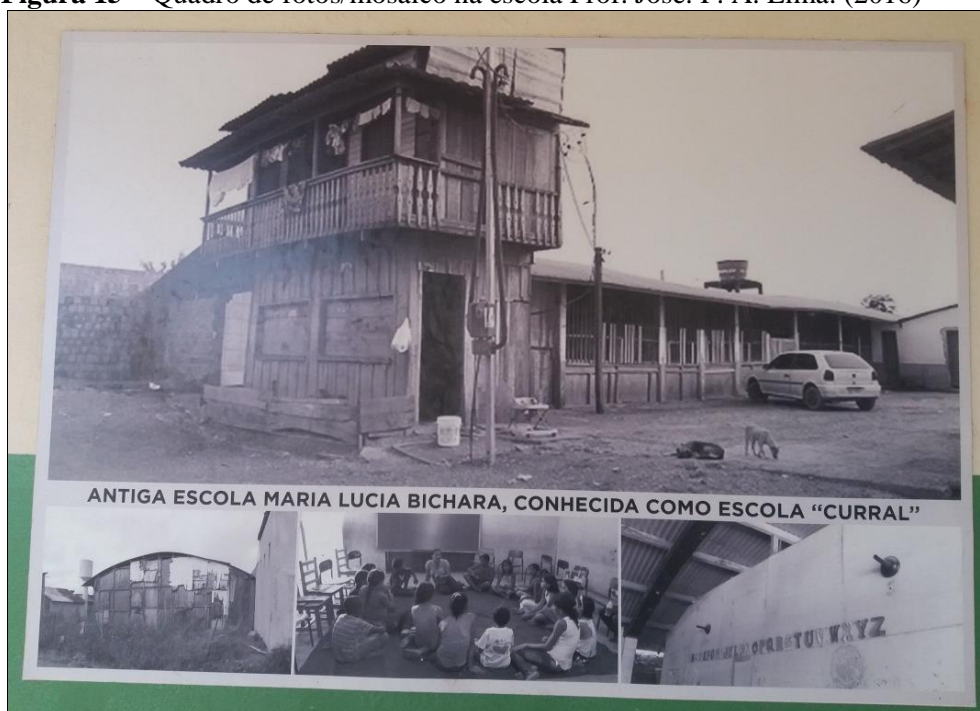
Figura 14 – Escola Prof. José F.A. Lima, antigo Maria L. C. Bichara, a “escola curral”(2016)



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

O depoimento de Izabel nos conta que a escola é atualmente “*entre a Fanta e a Coca*”, porque o prédio da escola é o que, para os moradores, serve de marco limítrofe, de um lado é Nossa Senhora Aparecida, e de outro, Araguaia, *Coca e Fanta*, respectivamente. No entanto, o endereço do novo prédio é no bairro Araguaia, por isso foi dito anteriormente que a escola era no bairro Araguaia, mas, atendia o Nossa Senhora Aparecida, pois, pela história da escola, e também pela localização, a escola acaba atendendo as comunidades de ambos. Em visita à escola Prof. José F. A. Lima, durante pesquisa de campo, foi possível perceber como o corpo docente da escola se orgulha do passado de dificuldades e de não terem sido omissos frente ao dever e a necessidade de educar, tanto na fala dos professores, quanto através de um quadro exposto logo na entrada do colégio, mostrando o antigo nome e a situação precária em que educavam (Figura 15).

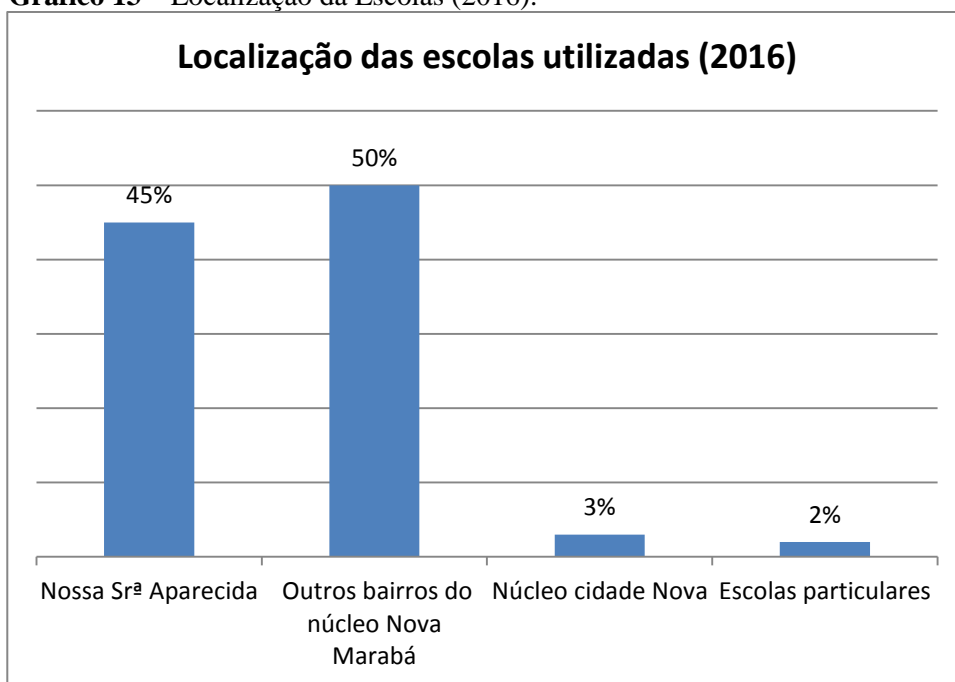
Figura 15 – Quadro de fotos/mosaico na escola Prof. José. F. A. Lima. (2016)



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

Atualmente, ao lado de onde era o curral, há um NEI, o Núcleo de Educação Infantil Prof^o José de Souza Andrade Filho, citado no início desse capítulo. Além do NEI, e da escola Prof. José. F. A. Lima, como já mostrado, fica no Araguaia, mas, atende o Nossa Senhora Aparecida, o bairro conta também com a E.M.E.F. Marilene Cirqueira Rodrigues. Estes três núcleos educacionais que atendem o bairro são insuficientes, pois só atendem a educação infantil e o ensino fundamental 1, até o 5º ano, como inclusive já foi dito. Dessa forma, todo estudante residente no bairro que precisa cursar do 6º ano do ensino fundamental em diante, precisa se deslocar para outros bairros. De acordo com a pesquisa, dos domicílios que declararam ter estudantes em casa (maioria crianças e adolescentes), apenas 45% suprem a demanda escolar com os colégios do bairro (incluímos a escola Prof. José. F. A. Lima em “colégios do bairro” pelos motivos supramencionados), a maioria recorre a escolas de outros bairros (ou folhas) da Nova Marabá, e há também quem precise ir a outro núcleo para frequentar a escola. Vejamos no gráfico 13.

Gráfico 13 – Localização da Escolas (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

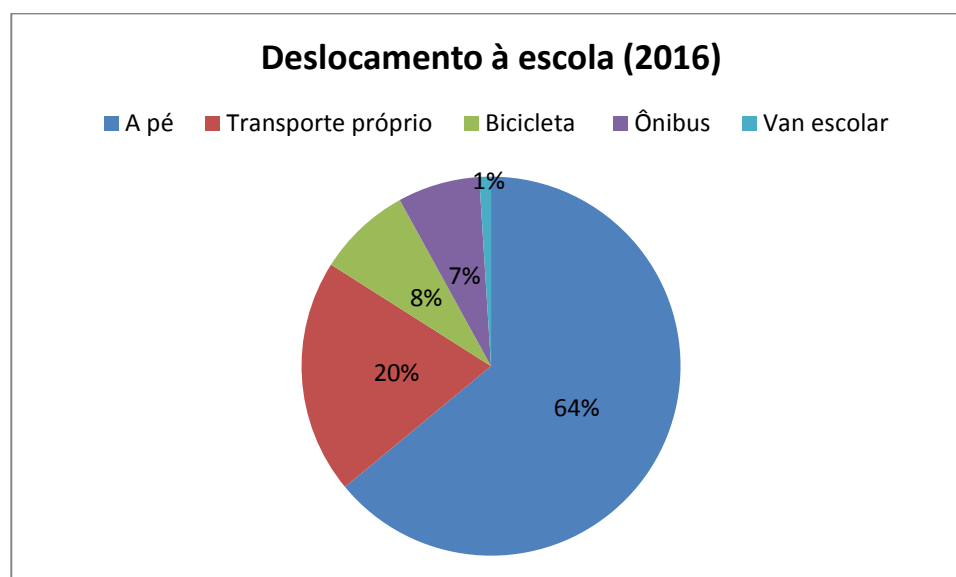
Como pode ser observado no gráfico, apenas 2% dos estudantes do bairro fazem uso da rede privada de ensino, sendo todas essas escolas particulares localizadas na Nova Marabá. Para termos compreensão do deslocamento dos moradores até as escolas, e da localização destas, é necessário observarmos o Mapa 04 a seguir.

Mapa 04 – Localização das escolas utilizadas pelos moradores do bairro



Tal deslocamento até as unidades de ensino é realizado de diferentes formas, a maioria a pé.

Gráfico 14 –Deslocamento à escola (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

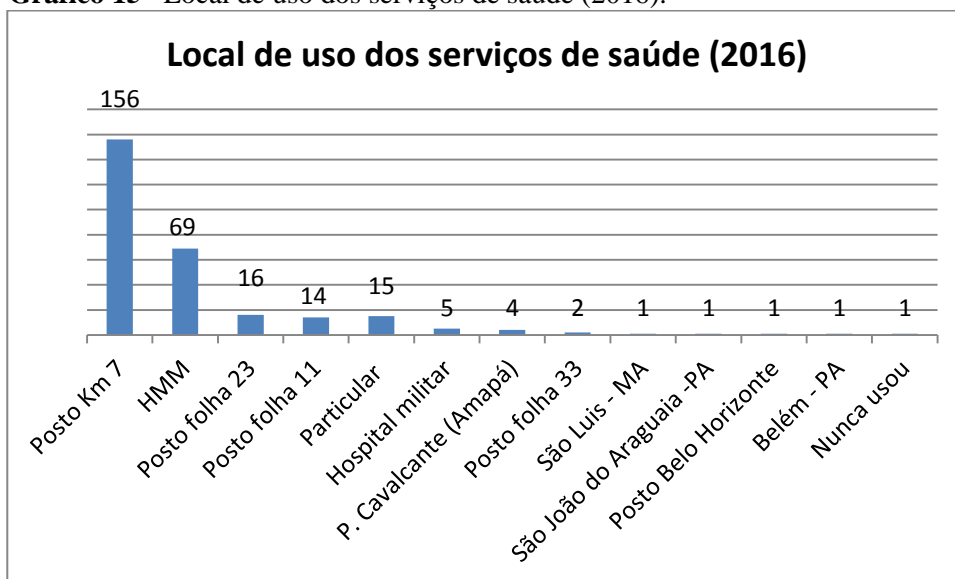
Para um bairro em que a grande maioria das pessoas não possui transporte próprio, o deslocamento até a escola realizado por transporte público ser de apenas 7% é um tanto quanto atípico, sobretudo, se considerarmos que várias escolas são relativamente distantes. Isso ocorre devido a distância entre a residência e os pontos de ônibus mais próximos, todos na rodovia BR 222, pois, não há linhas do transporte público urbano que adentrem o bairro, sendo assim, não é compensatório ao morador caminhar uma longa distância até o ponto de ônibus, sendo que poderia estar empregando esta caminhada na direção da escola. Não é por acaso que no gráfico 01, que mostra as principais carências do bairro, de acordo com os moradores, transporte público fica em quarto lugar atrás apenas de asfalto, abastecimento de água e posto de saúde.

Outro serviço em que o morador do Nossa Senhora Aparecida não é atendido, é com relação a saúde. O bairro não possui posto de saúde, o que obriga o morador a procurar esse serviço em outros bairros da cidade, a maioria no Km 07 e no Hospital Municipal, por serem mais próximos, mas, não somente eles, como mostram o gráfico 15 e o Mapa 05, a localização dos serviços de saúde utilizados pelos moradores.

Mapa 05 – Localização dos serviços de saúde utilizados pelos moradores



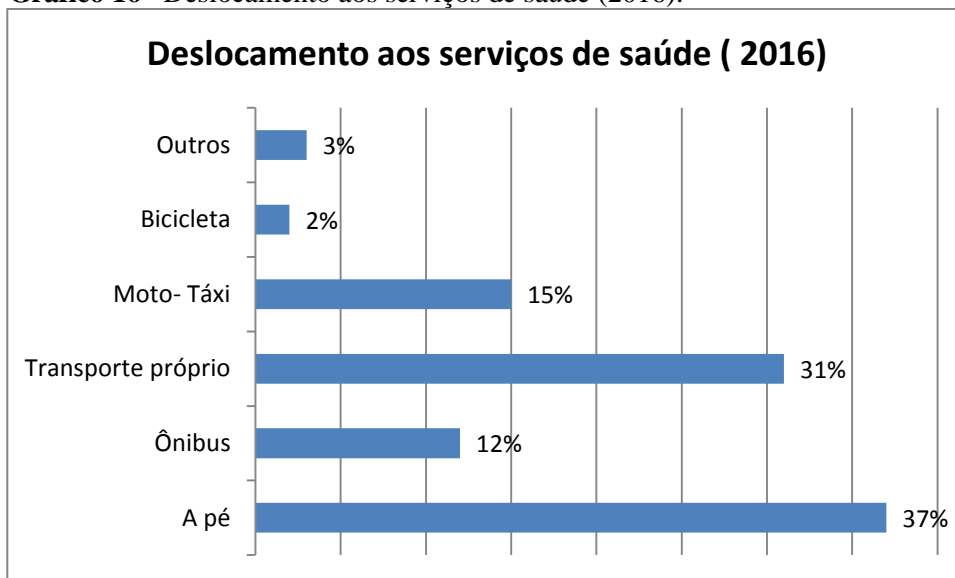
Gráfico 15 –Local de uso dos serviços de saúde (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

O transporte utilizado no deslocamento para utilizar os serviços de saúde é diversificado, sobressaindo os que vão a pé, por conta da relativa proximidade com o posto do Km 07 e com o HMM, e os que vão de transporte próprio, atribuído a quantidade de motos no bairro, uma alternativa diante da ausência de transporte público.

Gráfico 16 –Deslocamento aos serviços de saúde (2016).

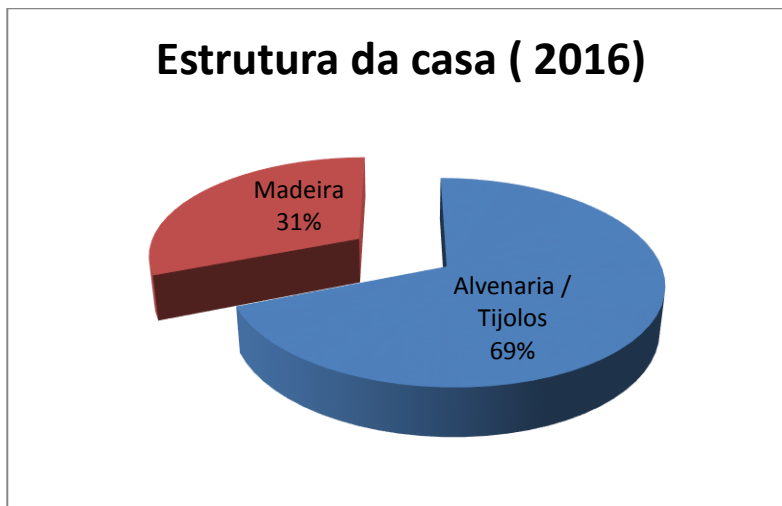


Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Os 15% referentes ao uso do moto-táxi também podem ser encarados como uma alternativa frente a falta de transporte público, e os 12% de ônibus atribuí-se a moradores que buscam serviços de saúde em locais mais distantes do bairro.

Outro aspecto que precisa ser exposto, é quanto a estrutura das residências, e nossa pesquisa nos mostra que a grande maioria das edificações são de alvenaria/tijolos.

Gráfico 17 – Estrutura da casa (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016). **Fonte:** Pesquisa de Campo, jul/ago. 2016.

Não foram encontradas casas que não fossem construídas, majoritariamente, com um desses dois materiais, no entanto, há diferentes tipos de edificações com o mesmo material, como é caso das casas de tijolos, que podem ser extremamente simples ou construções imponentes. As edificações, sem dúvida, são indicativos sobre a renda das famílias locais e um dos principais elementos da paisagem de qualquer bairro residencial. Em uma área de ocupação, como o Nossa Senhora Aparecida, há variados tipos, desde casas extremamente pobres, e outras que demonstram na paisagem, que no bairro não reside apenas pessoas com baixo poder aquisitivo, apesar das casas mais simples, compatíveis com baixos salários, aparecerem com maior frequência. A afirmação anterior, que denota haver no bairro diferentes tipos de edificações, pode ser confirmada com as figuras 16 e 17 a seguir.

Figura 16 – Casa de madeira no bairro Nossa Senhora Aparecida (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

Figura 17 – Casa dois andares no bairro Nossa Senhora Aparecida (2016).



Autor: CARVALHO, M.R.S. (2016).

Segundo seu Antônio, as primeiras edificações na ocupação não passavam de barracos de palha, onde a maioria das pessoas construía para afirmar a ocupação da área e para morar, pois a expectativa de ter a própria casa e a falta de recursos, levavam famílias diariamente para o bairro, onde construía os “barracos”, e se mudavam antes mesmo que ficassem prontos: *“Pra quem não tinha um pedacinho de chão e nem casa*

pra morar, como eu também não tinha, foi muito bom [...] nego sofreu aí pra ir derrubando coqueiro, e era menino, e mulher gritando aí dentro, e fogo, isso era animado (risos), era, porque já pensou, os cara no aluguel, e tudo animado dizendo ‘oh gente vamos ganhar, tomara’, e o povo rezava, e era aquele fole danado, e mulher chamava menino se perdendo no meio dos mato. Se você visse as casinha, o cara tirava palha e fazia uns caibrinho assim de beira chão e se socava pra baixo com os menininho, dizendo ‘rapaz eu tô no aluguel e não tenho nem como pagar porque não tem dinheiro’, aí se socava logo pra de baixo, dormia aí, com uma candeia que era um litro furado, um pavio e enchia de óleo. Era olhando os menino e batendo muriçoca [...], os que tinha necessidade era assim, quando o cabra tem necessidade é desse jeito, pra cá foi assim. A gente ajudou muita pessoa a cortar palha pra fazer barraquinho, porque tinha filho, né, pra ajudar pra entrar logo pra dentro...”

O que se pode observar na fala do Sr. Antônio, é que tudo o que foi dissertado anteriormente, a respeito da lógica da necessidade, foi vivenciado por pessoas que construíram o bairro, que se propuseram a criar seu próprio espaço de habitação, onde movidos pela necessidade, se apropriaram de uma área então rural, que não mais produzia, e ali, eles sim, produziram seu espaço e continuam a produzi-lo, sempre no intuito de alcançar melhorias para o bairro, principalmente, no que se refere aos serviços e equipamentos urbanos de uso coletivo, que como podemos observar, não lhes são acessíveis como deveria ou como necessitam.

A luta pelo direito à cidade, como pode ser observado, não se limita à moradia, uma vez que mesmo a maioria possuindo a casa própria, não despendendo parte da renda familiar para tal fim, as áreas em que residem, os assentamentos informais, são marginalizadas pela cidade, e negadas a elas o acesso aos mencionados equipamentos urbanos e serviços, que como sabemos, são básicos e indispensáveis à reprodução social e ao mínimo de qualidade de vida necessária.

As informações explicitadas nesse capítulo, provenientes de pesquisa *in loco*, reforçam a afirmação de Carlos (2008), quando diz que a produção do espaço não é apenas contraditória, mas também diferenciada, produzindo formas diferenciadas de acesso, segregando e atribuindo valor de troca também aos equipamentos e serviços, a partir do momento em que, as parcelas da terra urbana com menores preços, são mais afastadas dos serviços e equipamentos, enquanto as com maiores preços, geralmente, são mais acessíveis aos sistemas de transporte, vias de comunicação, e infraestrutura em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a produção do espaço urbano em uma cidade como Marabá, que está constantemente produzindo e reproduzindo espaços, sob a influência de diversos atores, e, ainda, analisar a relação dessa produção com um dos seus “produtos”, e com uma de suas lógicas, no caso a lógica da necessidade, nos levou a refletir a respeito não apenas da produção do espaço urbano enquanto crescimento da mancha urbana, mas também a respeito da importância de tais lógicas, e de como estas constroem o urbano, através dos diferentes agentes de produção do espaço, seja pela capacidade de participar dessa construção por meio do mercado formal da terra urbana, seja pela incapacidade.

Nesse sentido, a lógica da necessidade é uma das mais presentes no município de Marabá, o que se justifica pela compreensão de que todas as outras, pautadas, sobretudo, na mercantilização da cidade, corroboram para que a lógica da necessidade seja cada vez mais presente, na medida em que impossibilitam o acesso de muitos ao mercado formal da terra urbana, segregando, a partir daí, todos os moradores da cidade que não acessam o mercado formal, obrigando-o a fazer parte do mais atuante e autêntico grupo de agentes produtores do espaço urbano: os grupos sociais excluídos.

Ao analisarmos o contexto histórico da produção do espaço urbano em Marabá, foi possível compreender o motivo de parte significativa da mancha urbana da cidade ser composta por assentamentos informais, pois, são resultantes das dinâmicas econômicas que perpassaram a história da região, tanto no século XX, como na história mais recente, neste século, sobretudo na primeira década, onde momentos específicos da economia local geraram fluxos migratórios e aumento da especulação imobiliária, fomentando a lógica do mercado, ocasionando o processo explicado anteriormente de multiplicação de habitantes desprovidos da capacidade de pagar pela terra, restando-lhes as ocupações urbanas, como estratégia de reprodução social.

Dessa forma, os espaços urbanos provenientes de ocupações em Marabá, tanto mais antigos oriundos dos ciclos econômicos anteriores ou do início da mineração, quanto os mais recentes, também atrelados à mineração, somados, representam parcela significativa do espaço urbano marabaense.

O que pôde ser observado, através da metodologia utilizada, é que mesmo os assentamentos informais urbanos representando importante parcela do espaço citadino,

a própria cidade lhes é negada, sobretudo, no que tange à utilização de equipamentos públicos e serviços básicos coletivos, onde, através do estudo de caso apresentado no capítulo anterior, foi possível perceber que as necessidades básicas da população destas áreas não são atendidas, desde o transporte público, até a saúde, passando pela ineficiência e/ou insuficiência de coleta de resíduos sólidos, ausência de esgotamento sanitário, insuficiência de escolas, ausência de policiamento e de iluminação pública, pouca pavimentação, inexistência de áreas de lazer, entre outros.

No entanto, há a necessidade de se utilizar tais serviços, e acessar tais equipamentos, o que leva os moradores a adotarem as mais diferentes estratégias, na tentativa de suprir suas necessidades e sobreviverem em meio a desigualdade do espaço urbano.

Como supradito, historicamente, alguns fatores econômicos foram determinantes para o surgimento e crescimento dos assentamentos informais em Marabá, inclusive na história recente, pois, foram nos últimos dez anos que os principais vetores de urbanização da divisão territorial do trabalho, exerceram influência sobre Marabá de forma mais rápida e intensa (RODRIGUES, 2015). Os períodos de início e expansão do bairro Nossa Senhora Aparecida, como nos revela a pesquisa de campo (Gráfico 10), coincidem com o ápice da siderurgia no município, e com a expectativa gerada pelo anúncio do empreendimento ALPA, como já dito anteriormente, e isso, nos ajuda a compreender a produção recente do espaço urbano da cidade de Marabá como um todo.

Certamente, outros fatores, relacionados ou não, aos mencionados, podem também ter influenciado nos fluxos migratórios para a cidade e no mercado imobiliário, nos respectivos momentos, no entanto, o que estamos propondo, é que, a grande influência econômica que o auge da siderurgia causou na região, atraindo fluxos migratórios (RIBEIRO, 2010), e, posteriormente, a alteração no mercado da terra urbana e também atração populacional, causados pelo anúncio da ALPA (SOUZA, 2015), aumentaram, em seus respectivos períodos, as desigualdades sociais no espaço urbano de Marabá, aumentando a quantidade de pessoas habitando em assentamentos informais, resultando, no bairro Nossa Senhora Aparecida, no seu momento de criação e, posteriormente, no seu momento de maior crescimento.

Esta proposição, bem como outras encontradas neste trabalho, a partir dos autores que discutimos ou da pesquisa *in loco*, além de contribuições sobre o espaço urbano em questão, não podem ser encaradas como estáticas, ou como verdades inquestionáveis, uma vez que o objeto de tal pesquisa é o espaço geográfico, que não por acaso, permanece em constante mutação, sobretudo tratando-se de um espaço urbano como o de Marabá, cidade que foi palco principal de inúmeras transformações socioespaciais ocorridas na região, desde o início do século XX, até a atualidade, passando por políticas e processos econômicos, que exerceram forças sobre o espaço urbano, de modo que ainda hoje a cidade apresenta marcas provenientes dos mais distintos momentos de sua história, além, dos supracitados processos recentes que modificaram a morfologia urbana significativamente e de forma abrupta.

Desse modo, estudos voltados para o espaço urbano do município de Marabá se fazem necessários, pois alcançar a compreensão do espaço urbano em sua totalidade é uma tarefa complexa, impossível de ser realizada em apenas um trabalho e nesse sentido, esta pesquisa vem estimular futuros pesquisadores, que se proponham a estudar não apenas o bairro Nossa Senhora Aparecida, ou os assentamentos informais urbanos, mas o espaço urbano marabaense e regional como um todo, de forma que este trabalho possa vir a colaborar com tais estudos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COM-FUSA informal. In: LEAL, S.; LACERDA, N. (orgs.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat**: olhares cruzados Brasil-França. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p.211-240.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 273f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 1ªed. 1ªreimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 270p. (CAPÍTULO 2; CAPÍTULO 3: primeiro tópico).

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157p. (CAPÍTULOS: Thaumazein; Da organização à produção do espaço; O espaço como condição da reprodução)

_____. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: ____; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p.53-73.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1ªed. São Paulo: Ática, 1989. p11-35.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: ____; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-51.

DE LA MORA, Luís. Produção social do habitat: estratégias dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia. In: LEAL, S.; LACERDA, N. (orgs.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat**: olhares cruzados Brasil-França. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p.395-413.

EMMI, M. F. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. ____2. ed. ver. e amp. ____ Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. In: **Revista GEOUSP**, São Paulo, Nº 23, pp. 125-132, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em 09 jun. 2016.

MARABÁ. Lei nº 17.213 de 09 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, cria o Conselho Gestor do Plano Diretor e dá outras providências. **Município de Marabá**, Marabá, PA, 9 out. 2006.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade periférica. In: CARVALHO, C.S.; ROSSBACH, A. (orgs.). **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades / Aliança das Cidades, 2010. p.5-22.

_____. **Para entender a crise urbana.** 1ªed.São Paulo: Expressão popular,2015.112p.

PNUMA et al. **Perspectivas para o meio ambiente urbano:** GEO Marabá. Belém-PA: PNUMA/UN-HABITAT/IBAM/ISER, 2010.140p.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá:** centralidade urbana de uma cidade média paraense. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____.**Produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias Amazônicas:** Análise de Santarém e Marabá.2015. 270f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar o encontro da identidade: estudo do processo de ocupação de terras:** Osasco. 1988. 333 f . Tese (Doutorado em Geografia) – faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São paulo, São Paulo, 1988.

RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica:** a experiências de Marabá no Sudeste Paraense. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SABOYA, Renato. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos.** 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/06/o-que-e-plano-diretor/> acesso 23/03/ 2016.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **Cidade, urbano e movimentos:** Sobre a formação do urbano e a ação dos grupos socioespaciais “ excluídos” – Um olhar sobre Recife/PE. Recife, PE,2012. p 61 – 72.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. **O Projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA):** a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais. 2015. 297f. Tese (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, programa de Pós – Graduação em Geografia, Uberlândia, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In: **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, p.114-139, 2004a.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da *et al.* **Uma cidade média na Amazônia Oriental:** a centralidade urbano-regional de Marabá no Sudeste Paraense. ReCiMe, Relatório de pesquisa, 2010.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 178p.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237

– 247. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/06/o-que-e-plano-diretor/> acesso 24/03/ 2016.

Entrevistas

QUEIROZ, Izabel. **[História do Bairro Nossa Senhora Aparecida]**. Marabá, 05 jul. 2016. Entrevista concedida a Magno Ricardo Silva de Carvalho.

SR., Antônio. **[História do Bairro Nossa Senhora Aparecida]**. Marabá, 15 jul. 2016. Entrevista concedida a Magno Ricardo Silva de Carvalho.

PROFESSORA, Jeania. **[História do Bairro Nossa Senhora Aparecida]**. Marabá, 20 jul. 2016. Entrevista concedida a Magno Ricardo Silva de Carvalho.

APÊNDICE

Modelo de Questionário aplicado na pesquisa de campo

Pesquisa: A produção do espaço urbano em Marabá- PA e sua relação com as ocupações urbanas e assentamentos informais: estudo de caso do Bairro Nossa Senhora Aparecida

Autor: Magno Ricardo Silva de Carvalho

Formulário

- 1- Cidade e estado de origem ? _____
- 2- Mora há quanto tempo no bairro? _____
- 3- Local de moradia anterior? _____
- 4- Escolaridade: _____
- 5- Por que veio morar aqui? _____
- 6- Mora em casa: a) de madeira () b) de alvenaria/ Tijolos () outras ()
- 7- Renda familiar:
Menos de 1 salário mínimo () 1 a 3 salários mínimos ()
4 a 6 salários mínimos () 7 salários mínimos ou mais ()
- 8- Possui sistema de abastecimento de água? Sim () Não () Se a resposta anterior for sim, qual tipo? _____
Se a resposta anterior for NÃO, qual a fonte de água utilizada? _____
- 9- Possui rede de esgoto? Sim () Não () Se a resposta anterior for NÃO, qual o destino dos dejetos? _____
- 10- Há coleta de lixo na sua rua? Sim () Não () Se sim, quantas vezes por semana? ____ Se não, qual o destino do lixo? _____
- 11- Acesso à energia elétrica? Sim () Não () Se a resposta anterior for sim, regular () ou irregular ()
- 12- No bairro tem posto de saúde? _____
- 13- Quando precisa de atendimento médico, onde você procura? _____
- 14- Quando há essa necessidade, qual o meio de transporte utilizado? _____
- 15- No bairro tem escola? _____
- 16- Se há alguém com idade escolar na família, onde estuda? _____
- 17- Como as “crianças” vão para a escola? _____
- 18- Quais as principais carências do bairro? _____